



**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE VISEU “COMEMORATIVA  
DO TRIGÉSIMO QUARTO ANIVERSÁRIO  
DA REVOLUÇÃO DO VINTE DE CINCO DE  
ABRIL”, DE DOIS MIL E OITO.**

-----No dia vinte e cinco de Abril de dois mil e oito, teve lugar no Salão da Junta de Freguesia de Silgueiros, sito em Loureiro de Silgueiros, Viseu, a primeira Sessão Extraordinária, Comemorativa do Trigésimo Quarto Aniversário do “Vinte e Cinco de Abril”, presidida pelo Senhor António Joaquim Almeida Henriques, secretariada pelo Senhor António Joaquim Pedro Martins do Amaral Lourenço e de acordo com o número três, do artigo décimo quarto, do Regimento, foi chamada a suprir a falta do Primeiro Secretário, a Senhora Deputada Maria de Fátima Coelho Ferreira, como Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente. -----

-----A Sessão teve início às dez horas e quarenta e cinco minutos, tendo-se verificado as faltas (justificadas) dos Senhores Deputados: António Elísio de Jesus Dias, Manuel de Almeida Pereira e Maria Isabel de Almeida Fernandes. As faltas ainda (não justificadas) dos Senhores Deputados: António de Almeida Jesus Lopes, António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho, António Vicente de Figueiredo, Carla Alexandra Oliveira de Almeida Silva, Carlos Fernando Ermida Rebelo, Fernando Alberto Tomás do Nascimento Girão, José Alberto da Costa Ferreira, Manuel Filipe Marques, Manuel Henrique Redondo Maximino de Almeida, Patrícia Alexandra Almeida Monteiro, José Mário Aguiar e Pedro Filipe dos Santos Alves. -----

-----Verificada a existência de quórum o SENHOR PRESIDENTE DA MESA inicia a Sessão, dizendo o seguinte:”Queria começar por cumprimentar todos os Senhores Deputados Municipais e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. Cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores, cumprimentar o Senhor Deputado da Assembleia da República, Doutor Miguel Ginestal todos os ilustres convidados que temos entre nós, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Silgueiros, o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Silgueiros, bem como todos os Membros do Executivo e da Assembleia de Freguesia de Silgueiros, a população em geral e começar por agradecer a presença de todos nesta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, porque é disso que se trata. Sessão essa que tem um ponto único nas Ordens de Trabalhos que é a *Comemoração do Trigésimo Quarto Aniversário do Vinte e Cinco de Abril*. Como é habitual esta iniciativa da Assembleia Municipal de Viseu, vai no seu décimo nono ano consecutivo, foi o nosso saudoso amigo, Engenheiro Coelho de Araújo, que iniciou este tipo de Comemorações do “Vinte e Cinco de Abril”, procurando que ele se realizasse sempre de uma forma descentralizada, de preferência numa freguesia rural. Portanto, é com muito gosto que hoje estamos aqui a fazer esta comemoração. Os nossos trabalhos têm fundamentalmente dois momentos, um propriamente dito, que é Assembleia Extraordinária, em que vamos ter aqui agora de seguida a intervenção dos representantes dos Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal, depois eu próprio, farei intervenção em nome do Órgão e a seguir iremos ter uma *Mesa Redonda*, com os Senhores Deputados de Viseu, eleitos à Assembleia de Constituinte e também aproveitava para os cumprimentar. Ainda nos faltam chegar dois dos intervenientes, mas queria cumprimentá-los e agradecer a disponibilidade que tiveram para hoje também nos acompanharem nesta Sessão evocativa do “Vinte e Cinco de Abril”. E sem mais delongas, eu pedia ao Senhor Presidente da Junta de Silgueiros que usasse da palavra para dar as



boas vindas a todos os participantes. Tem a palavra.” -----

**SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SILGUEIROS, ANTÓNIO CARLOS LOPES COELHO DA SILVA** – Inicia a sua intervenção dizendo o seguinte: “Minhas Senhoras e meus Senhores. Como é apanágio das laboriosas e simpáticas gentes desta freguesia, começo por lhes apresentar as minhas saudações amigas e dar-lhes as boas-vindas à donairoza e vetusta freguesia de Silgueiros. Assinalamos, hoje, trinta e quatro anos da *Revolução de Abril* que abriu caminho ao Poder Local democrático, um dos mais importantes pilares da construção da Democracia Portuguesa. Foi no dia doze de Dezembro de mil novecentos e setenta e seis que, pela primeira vez, o povo elegeu, através do voto livre e democrático, os órgãos mais directos e próximos das populações, abrindo assim caminho ao Poder Autárquico Democrático. O Poder Local Democrático, pela sua proximidade com os cidadãos, de quem sente o pulsar dos seus anseios, é aquele que ao longo destes trinta e um anos de existência mais tem contribuído para o desenvolvimento das cidades, vilas e aldeias do nosso país, melhorando dessa forma a qualidade de vida das nossas populações. Tal é a importância deste poder que a Carta Europeia da Autonomia Local, aprovada no ano de mil novecentos e oitenta e cinco, pelo Conselho da Europa, considera no seu preâmbulo que as “Autarquias Locais” são um dos principais fundamentos de todo o regime democrático. O advento da democracia trouxe consigo uma relação de proximidade das Juntas de Freguesia com as comunidades que servem, permitindo a percepção atempada dos problemas, a celeridade nas respostas, a eficiência nos procedimentos e a eficácia nos resultados. A valorização do papel dos Presidentes de Junta é uma conquista de Abril. É por isso que hoje estamos aqui, a celebrar a Democracia, num espaço tão nobre que muito dignifica a nossa freguesia e o concelho, sentindo-nos muito honrados por ter tão ilustres convidados entre nós a participar na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal Comemorativa do Vinte e Cinco de Abril. Termino, renovando as minhas saudações amigas, que reflectem, com toda a certeza, o sentir dos Silgueirenses. Perdoem-me os demais, mas dirijo uma saudação muito especial ao senhor Coronel Costeira, um “Militar de Abril”, presença habitual entre nós nas comemorações desta efeméride, e na sua pessoa saúdo todos os militares de Abril que abriram as portas à Democracia e à consolidação do Regime Democrático em Portugal. Disse!” -----

-----O Senhor Presidente da Mesa agradece ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia e prosseguindo diz o seguinte: “Muito obrigado meu estimado amigo e aproveitava para em nome de todos nós, agradecer a hospitalidade da freguesia e ao mesmo tempo felicitar pelas magníficas instalações e por este auditório, que de facto é fantástico. Aproveitava, porque me esqueci de mencionar do início, à vossa direita estão uns trabalhos dos alunos do Oitavo A da Escola Ebis Jean Piaget que me mandaram um e-mail, tomaram a iniciativa de fazerem um trabalho sobre o Vinte e Cinco de Abril e manifestaram a vontade de os expor nesta Assembleia Municipal Extraordinária. Estão ali uns belos trabalhos, que para além de uma mesa e umas cadeiras muito interessantes eu convidou-os a depois darem uma vista de olhos no final da Sessão, é um trabalho de jovens do oitavo ano. Dou agora a palavra à Senhora Deputada representante do Bloco de Esquerda.” -----

**SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRACA MELO CABRAL MARQUES PINTO, REPRESENTANTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO BLOCO DE ESQUERDA:** “Inicia a sua intervenção do seguinte modo: “Senhoras e Senhores. Aconteceu em Portugal há trinta e quatro anos. Numa manhã de Abril, o país despertou vestido de Primavera. O longo Inverno cinzento de quase cinquenta anos havia chegado ao fim! A poesia estava na rua, nos rostos a que a alegria emprestara luz, na cor rubra dos cravos emergindo das espingardas que anunciavam a Paz. Os militares e o povo escreviam uma nova página na História Portugal, outrora amordaçado e oprimido. Nada voltaria a



ser como dantes, as sementes da democracia estavam lançadas no solo fecundo de um país à procura de novos rumos. Ao comemorar o “Vinte e cinco de Abril”, o Bloco de Esquerda saúda os militares que desencadearam o golpe militar e reafirma a sua determinação de lutar pelas bandeiras que emergiram do processo revolucionário, de setenta e quatro e setenta e cinco. Esse processo, profundamente participado e democrático, expressou as mais fundas e perenes aspirações do povo português. Na rua, nas empresas, nos bairros, por todo o lado, a luta do povo português abriu caminho à liberdade, à democracia, à justiça social, à participação dos cidadãos e cidadãs na construção da mudança, e à paz. O povo português (recordemos) uniu-se em torno do ideal do Socialismo, inscrito na Constituição da República em mil novecentos e setenta e seis, cuja convocação, aqui, através de um debate com a participação dos deputados eleitos por Viseu, se reveste da maior oportunidade. É nossa convicção de que não é irreversível o retrocesso político e social para onde nos têm vindo a levar as ideias e as práticas neo-liberais e conservadoras, pondo em causa conquistas a que nós tínhamos assistido e que têm vindo a ser postas em prática, por sucessivos governos de direita e de centro. Como em Abril, a força da mudança está na energia e na vontade do povo português, plasmadas no texto primeiro da Constituição da República Portuguesa que consagra, inequivocamente, os direitos individuais e sociais, a participação cidadã e a defesa da paz mundial. Em nome da igualdade de direitos e de oportunidades, urge garantir a liberdade de expressão, de opinião e pôr fim a qualquer discriminação das pessoas baseada no género, raça, etnia, cultura ou orientação sexual. Em nome do bem-estar, da dignidade e do direito ao trabalho, impõe-se acabar com o escândalo da existência de trabalhadores precários e garantir trabalho aos mais de quinhentos mil desempregados, muitos deles jovens, com elevadas habilitações e que têm vidas precárias. Há que romper com as políticas liberais vertidas no código do trabalho e exigir respeito por quem vive do seu trabalho! É necessário pôr termo ao gigantesco fosso entre os rendimentos dos mais ricos e os salários e pensões de miséria. À constante subida dos preços dos produtos alimentares, que atingem sobretudo os de rendimentos menores, há que contrapor a reposição do poder de compra, com aumentos intercalares e reais nos vencimentos e nas pensões de reforma. Em nome da democracia social, impõe-se defender o Serviço Nacional de Saúde, geral, universal e gratuito. Serviços de saúde acessíveis a todos e em todo o país, é hoje uma exigência tão actual como em setenta e quatro, ou talvez ainda mais, no momento em que o governo passou a encerrar serviços, nomeadamente nas zonas mais envelhecidas e socialmente deprimidas, retrocedendo na coesão e igualdade e abrindo aos grupos económicos privados o chamado “negócio da saúde”. É, também, em nome do Estado Social que se impõe a defesa de todos os serviços públicos, como a Escola Pública, respeitando os seus profissionais, todos os dias desconsiderados, tratados como malfeitores ou parasitas e arredados do necessário debate sobre o futuro da educação em Portugal. O respeito pelos cidadãos, exige a promoção da qualidade dos serviços públicos, a adopção de políticas potenciadoras da energia dos seus profissionais e o fim da a sua entrega à voracidade dos apetites dos grandes grupos empresariais, sempre à espreita de novas “oportunidades de negócio.” O “Vinte e Cinco de Abril” e o processo revolucionário que se lhe seguiu, abriram as portas ao debate livre e democrático, à emergência de projectos diversos ao confronto de propostas. A democracia enriquece-se com essa diversidade. O Bloco de Esquerda defende leis eleitorais que respeitem a proporcionalidade e opõe-se a qualquer tentativa de alteração que reduza a representatividade democrática. A recente tentativa frustrada de alteração das leis eleitorais autárquicas, para promover o caciquismo local, é um sinal de que a democracia representativa conquistada com o “Vinte e Cinco de Abril” continua a precisar de ser defendida. Não abdicamos, também, da defesa da participação dos cidadãos na definição e implementação de políticas a nível local e nacional, pelo que continuaremos a bater-nos pela promoção da democracia



participativa. Neste Trigesimo Quarto Aniversário da *Revolução de Abril*, não podemos deixar de convocar aqui, outro ideal enformador do texto constitucional: a construção de um Mundo pacífico e a afirmação da República Portuguesa como um país em paz com todos os povos, livre das garras e das guerras de qualquer império. Esta celebração do “Vinte e Cinco de Abril” é pois momento oportuno para exigir o regresso dos soldados portugueses dos teatros de operações militares para onde foram levados. Os chamados “novos conceitos de segurança alargada” não passam de teorizações que justificam a colocação das tropas portuguesas ao serviço de interesses estratégicos alheios ao interesse dos povos. A defesa da paz, consagrada na Constituição da República, leva-nos a expressar a nossa profunda solidariedade para com o povo do Iraque, que, depois de sofrer com uma ditadura, vê agora o seu país ocupado por forças estrangeiras e é vítima de um genocídio monstruoso, que já vitimou mais um milhão de pessoas. No Iraque, desde o início da ocupação norte-americana e britânica, já foram lançados mais de duas mil e quinhentas toneladas de bombas e munições, com urânio empobrecido. Cancros e malformações congénitas aumentaram onze vezes no sul do Iraque e a contaminação radioactiva vai perdurar milhares de anos. O povo vive na miséria, sem água, alimentos e medicamentos, vítima inocente duma operação militar alicerçada na mentira e na avidez de petróleo: sangue por petróleo, foi o verdadeiro lema desta guerra infinita! O sofrimento do povo do Iraque e o de outros povos vítimas da ambição imperialista é o testemunho vivo de que a paz está longe de ser uma realidade e de que a palavra “império”, infelizmente, tem hoje, como há muitos séculos, sentido, e se consubstancia no rosto da administração norte-americana a combater. O “Vinte e Cinco de Abril” e o processo revolucionário que se lhe seguiu, encheram de esperança os portugueses e as portuguesas. Muitas dessas esperanças foram cumpridas, outras ficaram pelo caminho, outras ainda, estão a ser ameaçadas, suscitando a sensação de que há um retrocesso imparável. Mas não, o retrocesso não é imparável! Aos capitães de Abril e ao povo português que, em setenta e quatro e setenta e cinco rasgou caminhos devemos, além do mais, uma grande lição: o povo tem muita força! É por isso que as esperanças de Abril continuam vivas e o sonho continua “*tão concreto e definido como outra coisa qualquer*”, como dizia o poeta. *Aí mesmo, à nossa frente, para conquistar. Viva o vinte e cinco de Abril!*” -----

-----O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao representante do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social/ Partido Popular. -----

-----SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA, REPRESENTANTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR: Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Minhas Senhoras e meus Senhores. Mais uma vez nos reunimos, desta vez graças à amável hospitalidade da Freguesia de Silgueiros, para evocar o golpe que, em “Vinte e Cinco de Abril de Mil Novecentos e Setenta e Quatro” – e apesar dos desvios e aproveitamentos dos muitos que nos meses seguintes lhe quiseram deturpar o sentido – permitiu a Portugal entrar no caminho da democracia e do progresso social. Fazemo-lo este ano com a participação, seguramente interessantíssima, de alguns dos deputados pelo círculo eleitoral de Viseu à Assembleia Constituinte, e sem querer antecipar a discussão que se seguirá, julgo que a ocasião merece que, inspirados por esse outro tempo político, se discutam os termos em que hoje em dia se desenvolve o debate e se exerce a democracia em Portugal. Lembrem-se os que viveram o período de transição – e sabem os que, não o tendo vivido, dele escutam as histórias e consultam as transcrições disponíveis na Internet – que a Assembleia Constituinte foi um espaço e um momento de debate em que se confrontaram as mais profundas divisões ideológicas, consubstanciadas nos mais distintos programas e expostas, não raras vezes, de modo vivíssimo, exaltado ou mesmo violento. Não devemos esquecer, obviamente, que a realidade de que falamos era, em rigor, muito diferente da actual: o mundo dividia-se em dois blocos geo-políticos (nos quais se reviam e,



em alguns casos, aos quais obedeciam as forças partidárias portuguesas); Portugal tratava por outro lado, a substituição de todo um regime constitucional por outro; e, nesse contexto, não só a discussão era, naturalmente, muito mais dada a grandes formulações teóricas e às mais eloquentes declarações de intenção, como as questões políticas, muitas vezes colocadas mais no plano dos princípios que no dos problemas concretos, não tinham porventura o grau de complexidade e sofisticação das que hoje debatemos. Não devemos esquecer também que Portugal é hoje um país incomparavelmente melhor, quer do ponto de vista do bem-estar material, quer do ponto de vista dos consensos de regime, que entretanto se estabeleceram entre as diversas forças políticas (seja, por exemplo, a laicidade do Estado, a democracia representativa de tipo ocidental, a desmilitarização da sociedade ou o pluralismo sindical). No entanto, há uma qualidade desse tempo que exige ser permanentemente recordada: a política era, não só sobre os meios, mas igualmente sobre os fins, sobre os modelos de organização da sociedade; as tomadas de posição tinham significado e consistência; e, por isso mesmo, acima de tudo, as divergências eram reais, o debate era rico, as possibilidades de escolha eram diversificadas. Muito ao contrário – diga-se – daquilo a que assistimos actualmente. A maior parte dos agentes políticos partilha as mesmas ideias, as mesmas ambições, os mesmos preconceitos, o mesmo léxico, a mesma estrutura mental. As divergências que existem raramente constituem verdadeiras diferenças de conteúdo, mas apenas de estilo, de credibilidade aparente, de estratégias, de tática ou de meios. O debate é mais tecnocrático do que político e são mais decisores os técnicos que os políticos. Se uma democracia vive da discordância e da alternância, não se percebe de que vive a nossa. Mas se as pessoas são mais atraídas para o combate político, nos momentos em que este se faz sobre temas que traduzem concepções do mundo distintas, então aí já percebemos, pelo menos, por que razão tanto se fala do progressivo desinteresse pela política. Ao contrário de algumas vozes que amiúde se ouvem, tenho para mim que na sociedade actual, existe ampla matéria para a diferença e que ela se desenvolve, ainda e sempre, em torno da Liberdade. Felizmente, não, como no vinte e cinco de Abril, em torno da aquisição de liberdades cívicas fundamentais; mas, isso sim, sobre como lidar com essa liberdade então (ou entretanto) adquirida. Concretizando, parece-me que, analisado o estado de desenvolvimento do nosso modelo económico e social, as grandes cisões políticas se traçam na fidelidade de cada pessoa a um de dois conceitos de Liberdade: Podemos, por um lado, achar que uma pessoa só é verdadeiramente livre quando a sua subsistência e bem-estar estiverem assegurados por um conjunto de prestações sociais disponibilizadas pela comunidade organizada em Estado. Estaremos, aqui, a defender que o indivíduo é antes de mais, um “cidadão”, um ente dotado de direitos mas, acima de tudo, um elemento ou um aspecto do “todo” social, sujeito à coacção de uma elite governante que melhor do que ele sabe quais os seus interesses e desejos, que melhor do que ele sabe onde reside a sua felicidade; E podemos, por outro lado, achar que a liberdade política é, muito simplesmente, a área dentro da qual alguém pode fazer aquilo que quer fazer e é capaz de fazer sem interferência ou coacção dos outros e que, quanto maior for essa área de não interferência, mais ampla será a liberdade de cada um. Estaremos, aqui, a defender que o indivíduo é, antes de mais, um indivíduo ou uma pessoa, não um mero objecto mas um sujeito verdadeiramente autónomo, com propósitos conscientes e sem necessidade de que outros lhe digam o que fazer da sua vida. Claro que esta vida, em toda a sua complexidade, não se presta a concepções políticas simplistas e puras. Ninguém é pela absoluta coacção do indivíduo, e ninguém defende a completa atomização da vida social. Todavia, uma análise atenta dos debates que se vão fazendo permite concluir que é àquela dicotomia, mais até do que à tradicional esquerda/direita, que as posições políticas se reconduzem. É por fidelidade a uma ou a outra concepção que, por exemplo, se decide aplicar impostos ou libertar recursos económicos para a criação de riqueza; que se defende um sistema público de



saúde de prestação unicamente pública estatal ou com participação de agentes privados; que se condicionam os pais quanto à colocação dos seus filhos nas escolas do sistema do Estado, ou se lhes dá a liberdade de escolherem o estabelecimento dentro do ensino público. O meu lado é o dos que defendem caber aos indivíduos e às instituições espontâneas, não ao Estado, a construção de uma sociedade sã; que quanto mais poderoso for o Estado, mais as pessoas assumem um papel insignificante; que quanta mais intensa for a actividade daquele, mais desprovidas de energia e espírito de iniciativa estas ficarão. Esta é a minha verdade, aquela que eu gostaria de ver concretizada. Não é, no entanto, para a defender que aqui estou, mas sim para dizer que faltam na anémica vida política portuguesa mais verdades, mais diversas, mais significantes. Cuidar da saúde do sistema democrático do Vinte e Cinco de Abril é, antes de mais, cuidar daquela que é sua essência: a convivência civilizada de opiniões em desacordo. Muito obrigado.” -----

-----O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao Senhor Representante do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. -----

-----**SENHOR DEPUTADO LUÍS FILIPE TEIXEIRA NUNES, REPRESENTANTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA** – Faz a sua intervenção da seguinte forma: “Senhoras e Senhores, permitam-me que dirija as minhas primeiras palavras aos ilustres Membros da Assembleia Constituinte que participam nas Comemorações deste “Vinte e Cinco de Abril”. Ter a oportunidade de representar a Bancada do Partido Socialista numa Sessão Comemorativa da *Revolução dos Cravos*, organizada pela Assembleia Municipal de Viseu, é sempre uma enorme responsabilidade e um enorme privilégio. Fazê-lo perante aqueles que pertenceram à Assembleia Constituinte, é para mim um título de honra e um motivo de enorme satisfação: Honra de estar perante aqueles que iniludivelmente são figuras centrais da *Democracia Portuguesa*, que nasceu com a *Revolução de Abril*; satisfação por encontrar aqui dois bons amigos com quem tive o privilégio de participar em várias lutas políticas, muitas delas até bastante actuais. Poucos somos aqueles que nesta Assembleia já pertencem a uma geração que nasceu e cresceu em liberdade e democracia, uma geração que teve oportunidade de em jovem, fazer uma opção política em respeito e em liberdade, que teve a oportunidade de se manifestar livremente em lutas estudantis e académicas, que teve oportunidade de se exprimir na fé religiosa, no amor, ou na arte, sem que isso fosse objecto de censura ou de perseguição. Poderia a partir daqui, tentar fazer um ensaio de agradecimento intergeracional, manifestar aqui uma enorme dívida de gratidão com a *Geração de Abril*, mas recuso-me a fazê-lo, não por ausência de motivos, mas sim porque estaria a limitar a *Revolução de Abril* a um fim e não a um princípio, ao começo de uma etapa que cabe agora às outras gerações continuar a percorrer e continuar a aprofundar. Entendo a liberdade, não como algo que se recebe, mas sim como algo que se conquista. Esse foi o espírito do “Vinte e Cinco de Abril”, foi o espírito do “Primeiro de Maio”, foi espírito do “Maio de Sessenta e Oito”. No começo do novo milénio, muitos são os países aonde subsistem os regimes ditatoriais, onde a imprensa é censurada e as oposições simplesmente perseguidas e tantas vezes até chacinadas. Esta é uma forma clara de privação por liberdade que insiste em ensombrar a cena política internacional, mas outras formas de privação de liberdade, subsistem e até se vão aprofundando de forma bem mais camuflada. Amartya Sen, Prémio Nobel da Economia em mil, novecentos e noventa e oito, denuncia a forma como a privação económica, na forma de pobreza extrema, pode condicionar e pode até violar a liberdade da pessoa humana, para isso, entre muitos outros exemplos, recorre uma experiência pessoal da sua infância no jardim da casa da sua família em Dacca, hoje capital do Bangladesh, na altura dos tumultos entre as comunidades hindus e muçulmanas, que procederam depois à separação da Índia e do Paquistão. Aí Sene, com cerca de dez anos de idade, encontrou um homem que chorava ruidosamente e sangrava abundantemente, chamava-se Kadermia e era um jornalista que decidiu trabalhar em



casa de um vizinho de Sen, por um salário muito reduzido, tinha sido esfaqueado por um membro da comunidade tuge na vasta área hindu em que viveu. Sen foi o primeiro a socorrer-lo, enquanto gritava por ajuda dos seus familiares, que se encontravam no interior da sua casa, enquanto o pai de Sen transportava depois Kadermia ao hospital, este viria a contar que a mulher lhe tinha suplicado que não fosse para uma zona hostil naqueles tempos conturbados. Mas Kadermia, viu-se obrigado a sair em busca de trabalho e de uma magra remuneração, porque a família não tinha o que comer. A privação económica de Kadermia, saiu-lhe cara, pagou com a vida pouco tempo depois, no hospital. Serve esta experiência retratada brilhantemente por Amartya Sen, para demonstrar que uma privação económica, sob a forma de uma extrema pobreza, pode tornar alguém, vítima da violência e usurpação da sua liberdade individual. O Mundo conhece hoje uma abundância que seria inimaginável há cem ou duzentos anos atrás. Conheceu profundas transformações económicas em resultado da tecnologia e da ciência. Projectou a governação democrática e participativa, como modelo superior da organização política. A esperança média de vida, aumentou espantosamente, estreitaram-se as relações das pessoas em todo o Mundo, não só a nível profissional, mas também a nível das ideias e dos ideais. Mas apesar de tudo, persistem pelo Mundo fora enormes privações. Aos velhos problemas, juntam-se agora novos problemas, a pobreza expande-se bem como a incapacidade de satisfação de necessidades básicas, o que se traduz na fome e na subnutrição. Continuam a verificar-se claras violações dos direitos humanos, das liberdades básicas e o desprezo alargado pelos interesses das actividades das mulheres. As ameaças ao meio ambiente agravam-se, bem como a sustentabilidade económica e social. Um pouco por todo o Mundo o panorama é este, tanto em países ricos, como também em países pobres. Aproveitar o simbolismo que tem para nós o “Vinte e Cinco de Abril de Mil Novecentos e Setenta e Quatro”, para reforçar a luta contra o drama que se vive em vários pontos do Mundo, é honrar esta data e abordá-la não só numa perspectiva histórica, mas sim como um ponto de partida para se lutar por um Mundo mais justo, um Mundo mais próspero, um Mundo mais solidário, em que o ser humano tem que ser colocado de uma vez por todas no centro da agenda política mundial. Cabe agora às gerações mais jovens, enriquecer ainda mais a herança que nos foi proporcionada pela *Geração de Abril*, mas se assim é, podemos questionar, porque será que se nota um afastamento tão grande da juventude em relação à política e em relação aos partidos políticos? Porque será que é tão grande e a meu ver tão preocupante, a crescente abstenção nas urnas de voto? Porque é tão grande a descrença nos governos nacionais e nos governos municipais? Como as perguntas são tantas vezes mais importantes que as respostas, perguntar-me-ei então, se esse afastamento da juventude dos partidos políticos e das urnas de voto, não representará em si mesmo, uma forma de participação política, uma recusa clara de cumplicidade com a lógica de interesses instalados, um protesto a ser contra a promiscuidade entre aquilo que é da economia e aquilo que é da política, uma manifestação de descontentamento contra o desemprego, contra a “selva” que regula o mercado global, contra a destruição de expectativas de vida, contra a pobreza extrema em tantos países, contra a destruição dos mecanismos de suporte de vida na Terra, em função do lucro rápido e gigantesco. É ou não verdade, que foi na juventude portuguesa e mundial, que se sentiu uma maior contestação em relação à invasão e ocupação ilegítima do Iraque pela Administração Americana e com a subserviência vergonhosa do Governo Português, cujo vocabulário nunca ultrapassou a lógica do “yes Mister Bush”? É ou não verdade, que foi essencialmente a juventude portuguesa que se mobilizou e lutou nos últimos anos para pôr um ponto final, sobre a violência cometida sobre as mulheres portuguesas que praticavam o aborto na clandestinidade, sendo depois sujeitas à humilhação dos tribunais e à exposição da sua intimidade? É ou não verdade, que a juventude em todo o Mundo se tem revoltado e denunciado os atentados e os crimes ambientais cometidos em todo o Planeta,



que ameaça gerações futuras e a própria sobrevivência do sistema de vida na Terra, em prol de meros lucros e riquezas individuais? Há efectivamente, uma vontade muito clara da juventude e dos jovens de hoje em fazer política, tal como houve antes em Portugal, em *Abril de Setenta e Quatro*, ou em *França em Sessenta e Oito*, ou nos Estados Unidos da América aquando no *Massacre do Vietname* e essa vontade é perfeitamente visível todos os dias na Internet, nas escolas, nos movimentos pontuais e tantas vezes espontâneos de cidadania e reflexão, como ainda recentemente se verificou em Viseu, em relação ao “Centro Histórico” da cidade e como todos nós podemos testemunhar com intervenções de cidadãos bastantes jovens, na nossa Assembleia Municipal. Quero prestar aqui uma homenagem que é e por aquilo que pode ser. Se de facto formos capazes de entender que servir a “coisa pública”, é homenagem muito especial ao *Dia da Liberdade*, mais do que por aquilo que foi, por aquilo colocar a pessoa humana e a garantia das suas liberdades com o fim a atingir. Liberdade que não pode ser alvo de qualquer privação, seja ela do plano político, seja ela do plano económico, social e até ambiental. Viva Portugal! Viva Viseu! Viva a Liberdade! Viva o Vinte e Cinco de Abril!” -----

-----O Senhor Presidente da Mesa, dá a palavra ao representante do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata. -----

-----SENHOR DEPUTADO RENATO ALEXANDRE REIS PEREIRA, REPRESENTANTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – Faz a sua intervenção do seguinte modo: “Minhas Senhoras e Meus Senhores: Há precisamente trinta e quatro anos, uma revolução militar mudou o curso da história de Portugal. Aquela revolta preconizada por um grupo de militares que, de forma altruísta, colocou a sua vida em risco, devolveu aos portugueses a esperança de um futuro mais promissor, desencadeando uma profunda transformação na face de Portugal. Não obstante, a natural instabilidade associada às dores de crescimento de uma jovem democracia, ao longo dos últimos trinta e quatro anos Portugal metamorfoseou-se. Do País ditatorial, conservador, retrógrado, que do alto do “orgulhosamente sós” espartilhava os sonhos e ambições dos seus cidadãos, deu lugar a uma Nação livre, democrática e mais moderna. Um País que está presente nos principais fóruns internacionais, que contribui activamente para o aprofundamento da integração Europeia, um País que hoje é respeitado pela comunidade internacional. Com o “Vinte e Cinco de Abril” foi implementada a democracia, o respeito pelos direitos do homem, a liberdade de expressão e de imprensa. Com o “Vinte e Cinco de Abril” foram lançadas as bases para o desenvolvimento do poder local e adoptado um sistema de governo parlamentar assente no multipartidarismo sufragado pelo voto universal que atribuiu ao povo o direito à escolha dos seus representantes, independentemente da classe social, ou do sexo. Com o “Vinte e Cinco de Abril” assistiu-se a uma melhoria generalizada da qualidade de vida dos portugueses – algo facilmente comprovável pela evolução das principais variáveis que constituem o Índice de Desenvolvimento Humano. Apesar do inegável desenvolvimento desencadeado pelo “Vinte e Cinco de Abril”, o facto de ter nascido depois da revolução, permite-me visualizar este período de um modo bem menos emocional. Não vivi as agruras do “Estado Novo”, não lutei pela liberdade. Parafraseando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, aquando da sua intervenção da Sessão Comemorativa do “Vinte e Cinco de Abril de Dois Mil e Sete”, para mim a liberdade é uma realidade natural da vida, tão inquestionável e adquirida como o ar que respiro. Perdoem-me, por isso, que numa data que é fundamental e compreensivelmente festiva, seja um pouco menos exuberante nas comemorações, convidando-vos a uma reflexão mais analítica dos últimos trinta e quatro anos. A descrição de um Portugal onde imperavam profundas desigualdades socioeconómicas, substanciais diferenças entre o meio urbano e o meio rural, onde o acesso à habitação, educação e saúde não eram direitos adquiridos, são realidades inquietantemente presentes para poderem ser remetidas para os livros de





história. Apesar do inegável contributo que o Municipalismo teve no desenvolvimento infra-estrutural e do bem estar das populações – no qual Viseu, embora reiteradamente fustigado pelo adiamento ou simples recusa de investimentos estruturantes, é certamente um bom exemplo – temos de reconhecer que Portugal não progrediu de modo homogéneo. A inadmissível desigualdade do investimento público, acentua a macrocefalia dos grandes centros urbanos, potenciando, por essa via, as assimetrias regionais. Ao nível dos investimentos consagrados no PIDDAC, por exemplo, assistimos a uma repartição muito desigual pelas diversas regiões, constatando-se que os distritos onde se verificaram maiores cortes caracterizam-se por serem do interior, pouco desenvolvidos e revelarem graves problemas sociais. Se quisermos reduzir esta desigualdade, ao mais elementar senso comum, questionemo-nos de como foi possível que Lisboa se tenha transformado na cidade Europeia com maior densidade de auto-estradas, ao mesmo tempo que continuam a existir localidades que são verdadeiros enclaves no território português. Pior! Muito pior! Como é possível que continuem a ser sistematicamente adiadas simples intervenções em estradas nacionais que salvariam a vida a milhares de Portugueses? Infelizmente temos alguns casos bem paradigmáticos na nossa Região. Por outro lado, a tão falada desconcentração de serviços no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, descapitaliza as cidades de pequena/média dimensão que tinham nesses serviços um pólo de fixação das populações. Não é com medidas avulsas ou pequenos benefícios fiscais que se atenuam as desigualdades do território. Urge a adopção de medidas de fundo que coloquem, definitivamente, o Interior na rota do progresso. Também na educação, as assimetrias são por demais evidentes. A avaliação dos estabelecimentos de ensino que nos últimos anos tem sido aferida pela divulgação de *rankings*, não disfarça a enorme discrepância entre as escolas do Interior e do Litoral – o que acentua a ideia de que o “fatalismo da interioridade” ainda determina o sucesso dos Portugueses. Acresce ainda, o facto das escolas privadas continuarem a obter os melhores resultados, o que legitima também a ideia de que existe um sistema de “primeira” e de “segunda”, ao qual nem todos têm acesso, aliás algo que não está só patente, no caso da educação, mas também no caso da saúde. Voltando ao mesmo tema, falo de um sistema de ensino que, apesar de ter rompido com a demasiada severidade e inflexibilidade que o caracterizavam – e aqui evoco a imagem do aluno que levava umas reguadas por não saber os nomes dos rios de cor – se apresenta hoje demasiado permissivo e permeável ao atropelo das mais elementares regras de boa educação. O que estará de tão preocupante a acontecer na Escola, para que as liberdades possam ser confundida com desrespeito ou insubordinação? Para finalizar este tema, e não obstante a boa vontade que certamente norteou a elaboração e adopção de alguns currículos alternativos, que ultimamente são apregoados com tanta “pompa e circunstância”, considero que tem de existir a coragem política para admitir que muitos destes, não passam de manobras para branquear o insucesso escolar, alavancando, estatisticamente, os níveis de aproveitamento sem que isso signifique, necessariamente, o incremento das competências profissionais dos Portugueses. Ao nível do emprego, com a eliminação de milhares de postos de trabalho qualificados (designadamente quadros superiores, técnicos de nível médio e profissionais intelectuais), proliferam profissionais com vínculos laborais precários. Assistimos, também, à afectação de quadros altamente qualificados a actividades ditas “indiferenciadas” com reduzidíssimo valor acrescentado. Independentemente da compreensão que a geração pós “Vinte e Cinco de Abril” tem relativamente à flexibilidade que o mercado de trabalho hoje exige, tal não significa, que não sejam acautelados os mais elementares direitos de estabilidade profissional a uma geração já apelidada de “Geração Recibo Verde”. Não menos preocupante, gostaria de realçar uma realidade cada vez mais presente no mercado de trabalho actual: refiro-me ao cidadão com mais de quarenta anos que tem a sua empregabilidade reduzida devido ao estigma da idade. Também aqui o Estado deverá



assumir a sua quota-parte de responsabilidade sempre que exclui, de modo sumário, um candidato a um posto de trabalho apenas por este critério. Porque todas estas temáticas são transversais, como podemos hoje pedir a um jovem que saia da casa dos seus pais e constitua família? Dados recentes, indicam que o ano de dois mil e sete se caracterizou pelo reduzido número de nascimentos. Se o aumento da esperança média de vida é hoje uma realidade que saudamos, o facto da taxa de natalidade estar a abrandar tão expressivamente, induzirá ao perigoso envelhecimento das populações. Significa isto, o aumento da dependência social e o eventual decréscimo do potencial de crescimento que, obviamente, põe em causa o desenvolvimento sustentado do País. Colocando a questão de outro modo. Como poderemos manter um estado social, com cada vez menos contribuintes para o suportar? Após esta reflexão importa questionar: Independentemente das conquistas dos últimos anos, quando comparadas com alguns feitos dos nossos parceiros Europeus (designadamente Espanha), será ilegítimo caracterizar todos estes anos também como um período de oportunidades perdidas? Será que após a conquista de direitos fundamentais, que, actualmente, são postos em causa, terão os jovens razões para se alhear cada vez mais da política e da intervenção social? Não estaremos, com tudo isto, a criar insustentáveis tensões nas pedras basilares da democracia, que conquistamos há precisamente trinta e quatro anos? Não serão todos estes factores a contextualizar parte do desencanto que a geração pós “Vinte e Cinco de Abril” sente quando fala do Portugal actual? Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores e Senhoras, obviamente que perante o cenário traçado, existiriam motivos suficientes para explicar o alheamento de grande parte dos Portugueses relativamente a aspectos fulcrais do desenvolvimento do País. Contudo, se existiram valores que presidiram à revolução que hoje celebramos, esses foram, certamente, a não resignação e o inconformismo. Não tenhamos dúvidas, que se estes não forem devidamente cultivados, mais penoso será percorrer aquele que é talvez o mais complexo e ambicioso “D” de Abril – o de “D” do Desenvolvimento. Ousemos desafiar os diversos sectores da sociedade para uma participação cívica genuinamente construtiva. Apenas uma sociedade civil determinada e motivada pode alterar o rumo de Portugal. Mais do que isso, os recursos são escassos e as problemáticas complexas. Agora, como nunca, o sucesso não poderá estar dissociado da existência de agentes políticos e sociais com elevada competência e bom senso. Mas se isto é verdade para os agentes políticos e sociais, também se aplica ao cidadão comum. De todos nós, espera-se o voluntarismo, a responsabilidade e o cumprimento das obrigações estabelecidas. De Portugal democrático – democrático no sentido lato - um país que oferece as mesmas oportunidades aos seus cidadãos, que se preocupa com os seus problemas e que os tenta resolver. Certamente que ainda não podemos celebrar esse Portugal Democrático em toda a sua Plenitude. Assim, assumamos hoje, dia Vinte e Cinco de Abril de Dois Mil e Oito, o compromisso de encarar o dia de amanhã com a ambição de construirmos um de País cada vez melhor; e que no próximo ano, mais precisamente a Vinte e Cinco de Abril de Dois Mil e Nove, possamos ter motivos para dizer que se cumpriu um pouco mais de Abril. Muito obrigado.” -----

-----Por último usa da palavra o SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU – ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA HENRIQUES – Faz a sua intervenção do seguinte modo: “Começava por reiterar os cumprimentos à Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores, ao Senhor Deputado da Assembleia da República, Doutor Miguel Ginestal. Um cumprimento também muito especial ao Senhor Presidente da Junta de Silgueiros, ao Senhor Presidente da Assembleia da Freguesia de Silgueiros e a todas as pessoas que constituem estes Órgãos. Cumprimentava o Senhor Pároco de Silgueiros também aqui presente. As diferentes Autoridades Civas e Militares aqui presentes também. Todas as nossas convidadas e os nossos convidados e *last the top list*, os nossos ilustres Convidados hoje nesta Sessão que



tem como tema central – “O Papel da Assembleia Constituinte na Consolidação da Democracia”. Recordava como também já o fiz no início, que estas Sessões decorrem há dezanove anos e que ao longo destes dezanove anos, já se realizaram Sessões em Torredeita, Abraveses, Repeses, S. João de Lourosa, Mundão, Campo, S. José, Lordosa, Coração de Jesus, Santa Maria, Cavernães, repetimos Torredeita, Fragosela e agora Silgueiros. Convém também, volto a referir, que estas Sessões se iniciaram por iniciativa do nosso saudoso Engenheiro Coelho de Araújo. Queria antes de avançar para a intervenção, mais uma vez reiterar os meus agradecimentos ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Silgueiros e também à Câmara Municipal que nestas iniciativas, sempre muito apoia a Assembleia e normalmente também, através do almoço que a seguir teremos. Queria também cumprimentar e agradecer a presença do Coronel Coelho de Sousa, que está aqui entre nós, o Doutor João Lima, Victor Boga e Florido Marques, aliás Victor Boga que também já foi Presidente da Assembleia Municipal de Viseu. Queria evocar aqui a memória de Três Deputados Constituintes já falecidos, Doutor Álvaro Monteiro, General Galvão de Melo e o Doutor. José Francisco Lopes. Queria também relembrar aqui os outros Deputados dessa Assembleia Constituinte, referindo também que o Doutor Fernando Amaral, teve o cuidado de enviar uma mensagem muito simpática, referindo compromissos em Lamego e enviando um abraço a todas as pessoas presentes nesta Assembleia. Depois queria então relembrar os Doutores António Pais Pereira, Fernando Monteiro do Amaral, José António Carvalho Fernandes, José Francisco Lopes, Maria Augusta da Silva Simões e Nuno Guimarães Taveira da Gama, completando as doze personalidades que, em nome de Viseu, tiveram assento na Assembleia Constituinte. E permitam-me que centre a minha intervenção, este ano, no tema que escolhemos, funcionando aqui um bocado como introdução à Mesa Redonda que realizaremos de seguida. A Assembleia Constituinte, em rigor, é o conjunto de representantes do povo directamente eleitos por este, com a finalidade única e exclusiva de elaborar, discutir e aprovar um texto jurídico fundamental. Um documento que congregue os princípios estruturantes da sociedade, sobretudo ao nível dos direitos e deveres fundamentais dos cidadãos e da organização económica e do poder político, definindo e delimitando as funções dos órgãos que o compõem. É pois uma assembleia representativa dotada do poder de criar um conjunto de normas jurídicas de valor constitucional reunidas num único diploma fundamental, chame-se este "constituição" ou "lei fundamental". Trata-se, pois, de órgão efémero, ou tratou-se de um órgão efémero, que se dissolve uma vez cumprida a sua missão. E a Assembleia Constituinte que aprovou a actual Constituição da República Portuguesa, foi eleita um ano após a revolução do “Vinte e Cinco de Abril de Mil Novecentos e Setenta e Quatro”. Era um órgão de soberania, a par do Presidente da República, da Junta de Salvação Nacional, do Conselho de Estado, do Governo Provisório e dos tribunais. No período pós-revolucionário, quando ainda não havia nova constituição e a anterior tinha parcialmente "caducado" com a queda do antigo regime, os "poderes constituintes assumidos em consequência do Movimento das Forças Armadas" cabiam ao Conselho de Estado e manter-se-iam na sua titularidade, primeiro "até à eleição da Assembleia Constituinte" e depois, por via de alteração legislativa, "até à promulgação da nova Constituição". E entre o “Vinte e Cinco de Abril de Setenta e Quatro” e o “Dois de Abril de Setenta e Seis”, é bom recordar foram publicadas trinta e cinco leis com valor constitucional, que formalmente tiveram a designação de "*leis constitucionais*", impostas pela necessidade de, na falta de lei fundamental, definir e regular, no ínterim, as competências e o funcionamento dos órgãos do poder político e assegurar a transição pacífica da antiga ordem política para aquela que iria ser traçada na nova constituição. A legislação constitucional produzida destinava-se, em suma, a definir a ordem constitucional provisória. Aliás, uma dessas leis, criou, em mil novecentos e setenta e cinco, como alguns se recordarão, eu ainda era bastante novo, o Conselho da Revolução,



atribuindo-lhe os poderes da Junta de Salvação Nacional, do Conselho de Estado e do Conselho de Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas e o poder legislativo necessário às "reformas da estrutura económica portuguesa", de tão má memória, que ainda hoje pagamos esta factura. A Assembleia Constituinte tinha um prazo de noventa dias, contados a partir da verificação dos poderes dos deputados para elaborar e aprovar uma nova constituição. Este prazo, que podia ser prorrogado pelo Presidente da República ouvido o Conselho de Estado, foi-o sucessivamente por iguais períodos. De facto, a Assembleia Constituinte reuniu pela primeira vez, após convocação presidencial, em dois de Junho de mil novecentos e setenta e cinco e terminou os seus trabalhos em dois de Abril de mil, novecentos e setenta e seis. Não podendo ser considerado um verdadeiro parlamento, uma vez que não possuía nem competência legislativa nem fiscalizadora, não deixava, no entanto, de ser um órgão de soberania de natureza representativo, o único com o poder de decretar a constituição, sem que qualquer outro a pudesse sancionar ou vetar. A actual Constituição da República Portuguesa foi publicada em dez de Abril de setenta e seis e entrou em vigor em vinte e cinco de Abril do mesmo ano. É de referir, a propósito, que, ao contrário do que sucede com as restantes leis, a data da Constituição é a da sua aprovação e não a da publicação, como se infere dos seus próprios termos. Foi então, na Sala das sessões do Palácio de São Bento, que a Constituição foi discutida e aprovada em cada um dos seus preceitos, com o contributo destes Ilustres Convidados que hoje aqui temos. E esse intenso período de trabalho dos Deputados Constituintes, dos quais hoje já sobram bem poucos no Parlamento, diria que mesmo muito poucos, fica registado como um dos acontecimentos de maior significação nacional ocorridos na nossa história contemporânea. Com a "Revolução do Vinte e Cinco de Abril", foi posto fim à tal ditadura opressiva e ao império colonial. Rejeitando as reformas de sentido democratizante propostas por Francisco Sá Carneiro e seus companheiros da Ala Liberal, o regime autoritário entrou no estertor que o havia de conduzir ao colapso final. A mais de três décadas de distância, tais referências parecem remotas e deixam muitos indiferentes, mas quem viveu esses tempos sabe bem o que era a sufocação da liberdade de pensamento, com a censura à imprensa, a proibição de peças de teatro e a apreensão de livros, até de poesia; A repressão da Actividade política, com a prisão, a tortura e o próprio exílio; O desencantamento de vastos estratos da população, forçados a emigrar de salto, em busca de melhores condições de vida para si e para as suas famílias. Acrescendo a tudo isto, uma guerra colonial em três frentes, sem esperança e que há muito deveria ter terminado. Na Assembleia Constituinte veio a triunfar uma concepção personalista da organização da sociedade e do Estado, e daí a ampla definição dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos que a Constituição contém. Avultou também a busca de respostas audaciosas para as áreas sociais e económicas, com exageros certamente e hoje a trinta anos de distância reconhecemos bem esses exageros, em especial quanto à colectivização dos meios de produção, erros que ainda hoje a nossa economia e o desenvolvimento do nosso País paga, mas são perfeitamente perceptíveis no enquadramento que se vivia na altura em Portugal, assim como o idealismo que pulsava na democracia que então nascia. A organização do poder político foi desenhada em moldes democráticos, dentro das limitações decorrentes do pacto celebrado com o Movimento das Forças Armadas, tendo em vista garantir a realização de eleições e um posterior regresso tranquilo dos militares aos quartéis. A Constituição, acolhendo o essencial das conquistas revolucionárias e também alguns dos seus excessos, permitiu instaurar entre nós uma democracia pluralista, que tem vindo a funcionar, com regularidade e sem sobressaltos, impulsionando o desenvolvimento económico e social do nosso país e ele é bem visível, se imaginarmos e eu lembro-me muitas vezes, da altura em que regresssei de Moçambique e aquilo que via na aldeia de Cavernães e aquilo que vejo hoje, portanto temos que reconhecer que valeu a pena e que o salto foi grande. O papel da Assembleia Constituinte foi determinante para a



consolidação da nossa – ainda jovem - democracia, ao elaborar e aprovar a Constituição de Setenta e Seis que se traduziu numa obra colectiva das forças políticas democráticas e o referencial do máximo consenso comum quanto à estrutura, funcionamento e objectivos do Estado. O conteúdo programático da Lei Fundamental exprime um projecto colectivo de liberdade e de justiça social. É sempre possível ir retocando as suas formulações concretas, correspondendo às novas situações e aos novos problemas e ao longo da história assim se tem visto. De facto, a estabilidade constitucional que experimentamos e a normalidade com que a sociedade portuguesa assume e integra as vicissitudes próprias da vivência de uma cidadania plena num quadro de liberdade, tendem a deixar quase no esquecimento, ou a não relevar devidamente aquilo que, sendo hoje natural, não deve ser, por isso, menos assinalável, e que devemos, em muito, ao trabalho político que foi realizado por estes homens na Assembleia Constituinte. E basta apelar à história do nosso constitucionalismo e à memória da instabilidade política, mas também constitucional, que percorre os nossos séculos dezanove e vinte – exceptuando o período do nosso século, durante a ditadura, em que a continuidade constitucional foi construída sobre o sacrifício dos princípios basilares do Estado de Direito – para verificarmos a importância da Constituição de Setenta e Seis, resultante de uma significativa diversidade de contributos. Simultaneamente, essa diversidade conferiu à nossa Constituição uma vocação de abertura que, apesar dos receios manifestados na altura da sua aprovação, lhe tem permitido, através das diferentes revisões entretanto verificadas, e também de uma interpretação e aplicações criativas e criadoras, constituir a fonte renovada da legitimidade do regime saído do “Vinte e Cinco de Abril”. Ao longo deste período, as significativas alterações que entretanto se produziram no seu texto permitiram, sucessivamente: pôr termo ao período da transição inicial, adaptando, conseqüentemente, a específica organização de poderes e enquadramento ideológico que a caracterizavam; permitiu também, reorientar o sentido da organização económica e acompanhar o processo de integração europeia quando o efectuámos na adesão à União Europeia; aperfeiçoar e reforçar continuamente os mecanismos de racionalização e controlo do poder político e as garantias e direitos fundamentais dos cidadãos. Podemos dizer, sobretudo, que a Constituição actual é a Constituição de Setenta e Seis, porque permanece inalterável o consenso em torno da natureza representativa do nosso regime democrático. A democracia plebiscitária foi explicitamente recusada pelos constituintes de setenta e seis, que quiseram fazer da natureza representativa do sistema político ainda hoje em vigor, um factor de estabilidade e um princípio essencial, ontem como hoje, à consolidação do sistema partidário português. Portanto, no essencial, a Constituição portuguesa tem sido, e é hoje, verdadeira Constituição normativa, fonte de legitimação, limite e parâmetro de actuação dos titulares do poder político, mas também, e sobretudo, garantia a que acedem e recorrem crescentemente os cidadãos na prossecução dos seus interesses e na defesa dos seus direitos fundamentais. Apesar de bloqueios, de barricadas, de sequestros e da tentação em dissolver a Assembleia, a Constituição foi promulgada em Abril de Setenta e Seis e com certeza que têm boas memórias que irão partilhar connosco sobre estes momentos. E desde então, foi sujeita a várias revisões das quais destaco a de mil novecentos e oitenta e dois, por ser a mais significativa, que pôs fim ao poder político-militar, a de mil novecentos e oitenta e nove, que acabou com o colectivismo estatizante, extremamente importante para o relançamento da economia e da construção do novo Portugal e a efectuada em mil novecentos e noventa e sete, quando se consagraram importantes reformas do sistema político (algumas, como todos sabemos, ainda por efectivar e outras por concretizar). O que os constituintes de setenta e seis fizeram foi trazer para o texto fundador da democracia esta opção matricial de colocar a liberdade no interior de cada pessoa, de cada cidadão, de cada um de nós. A liberdade, a sua defesa e simultaneamente a sua celebração. Portanto, eu direi que, independentemente da nossa



matriz ideológica, dos caminhos que defendemos para o nosso País, daquilo que hoje nos divide, penso que haverá um consenso, sem Constituição de Abril, não seríamos hoje uma Democracia estabilizada, em Portugal. É pois, com o intuito de relembrar os nossos representantes, avivar “ histórias “ e “ episódios “, que lhes prestamos hoje homenagem nesta Sessão da Assembleia Municipal, que os convidamos também, estes nossos convidados, a partilhar connosco algumas das suas experiências, no sentido de reviver um pouco o que foi esse momento marcante da História Portuguesa. Termino como comecei, agradecendo a presença de todos e sobretudo, aos nossos convidados na Sessão, que a seguir se seguirá. Muito obrigado.” -----

-----Todas as intervenções desta Sessão Extraordinária terminaram, com uma salva de palmas, sendo que, o encerramento da Sessão, pelo Senhor Presidente da Mesa, foi aclamado de pé. -----

-----O Senhor Presidente deu por encerrada a Sessão quando eram doze horas e quinze minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada pelos Senhores Deputados: Joaquim Pedro Martins do Amaral Lourenço

\_\_\_\_\_, e Maria de Fátima Coelho Ferreira

\_\_\_\_\_, a secretariarem a Sessão Extraordinária Comemorativa do Trigésimo Quarto Aniversário do Vinte e Cinco de Abril, desta Assembleia e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

-----Em anexo à presente Acta, constam as intervenções e o debate da *Mesa Redonda*, sobre o tema: “O Papel da Assembleia Constituinte na Consolidação da Democracia”.

## O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
(António Joaquim de Almeida Henriques)



-----O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Vamos passar à segunda parte desta Sessão, “Mesa Redonda sobre o papel da Assembleia Constituinte na consolidação da Democracia”, com os nossos quatro convidados a juntarem-se a nós na Mesa, portanto pedia aos Senhores: Victor Boga, João Lima, Coronel Carlos Sousa e Flórido, que façam o favor de me acompanhar aqui na Mesa, para darmos início à Sessão. Vamos dar início à segunda parte desta Sessão, já temos aqui na mesa os nossos convidados, eu já referi também que o Doutor Fernando Amaral enviou-me um cartão, justificando a sua ausência e explicando o porquê de não estar presente. Então eu queria desde já e no início desta sessão, que será fundamentalmente dos nossos convidados, agradecer ao Senhor Coronel Coelho de Sousa, ao Senhor Victor Boga, agradecer também ao Doutor João Lima e ao Senhor Florido Marques, o facto de estarem aqui connosco, é um privilégio para nós podermos partilhar uma Sessão destas com aqueles que foram os nossos representantes na Assembleia Constituinte, e no meu caso, deixem-me que vos transmita, também para além da relação pessoal que me une às quatro pessoas que estão aqui nesta Mesa, o facto de neste momento ser Deputado na Assembleia da República, dá ainda um gosto especial de poder partilhar alguns momentos com colegas que tiveram, enfim o privilégio, de viver ao vivo um período muito marcante da História Portuguesa, sobretudo da história que permitiu a consolidação da Democracia em Portugal. É com grande expectativa que também os convidamos a participar numa Sessão que pretende também homenagear e ao mesmo tempo partilharem connosco. Afinal de contas, já passaram bastantes anos e muitos dos nossos concidadãos não se lembram da forma como isto correu, por isso eu tive a preocupação de fazer a intervenção que fiz exactamente para situar as pessoas no processo que já decorreu há tantos anos e permitir também que avançassem logo neste debate para coisas concretas e para uma partilha concreta. Eu propunha, como metodologia de trabalho, não vamos aqui fazer a divisão de *esquerda* e *direita*, vamos pô-los todos no centro aos quatro convidados. Propunha que cada um fizesse uma intervenção inicial, depois algumas questões que vão colocar poderão suscitar desde logo comentários, e depois abrirei a Assembleia para dar a possibilidade de colocarem questões aos nossos convidados, que com certeza terão interessantes questões para colocar. Eu penso que a ordem aqui seria, pela ordem de eleição, não sei, talvez me ajudem a avivar a memória, que eu esse pormenor, não o sei. Então começamos pelo Doutor João Lima, depois vamos ao Senhor Coronel Coelho de Sousa, e Senhores Flórido Marques e o Victor Boga. Dá a palavra ao Doutor João Lima. -----

-----**SENHOR DOUTOR JOÃO ALFREDO FÉLIX VIEIRA LIMA** – Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu antes de tomar a palavra sobre o tema que se vai discutir, ou conversar, eu não posso deixar de agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, o seu convite para eu hoje estar aqui, assim como os outros meus colegas presentes, o que constitui uma honra muito grande. Dado que é bom os mais velhos, os que viveram directamente o processo político português a partir do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, troquem impressões e façam análises das realidades políticas e sociais, económicas, desse tempo para que a História se cumpra. Muito obrigado Senhor Presidente pelo seu convite, e também queria agradecer aos Autarcas desta Freguesia de Silgueiros, o acolhimento que nos deram, que é também para mim uma grande honra. Entrando agora no tema da nossa conversa”. Eu queria dizer o seguinte:”A Constituição da Assembleia Constituinte e o seu funcionamento, foi decisivo e foi um elemento extremamente importante na formação e na consolidação da Democracia em Portugal. O terreno foi obviamente aberto pelo terreno militar de vinte e cinco de Abril de setenta e quatro, que imediatamente desenvolveu ou prometeu desenvolver um processo de discussão pública que já não existia há muitos anos em Portugal. Hoje, passado esses anos todos temos que fixar alguns factos, alguns eventos, os



mais novos poderão não conhecer isso, mas que são elementos essenciais para fazer a História do País nessa altura. Nos meses que se seguiram à Revolução de Abril, em setenta e quatro, houve uma enorme convulsão neste País, e houve pressões, é preciso dizer isto com coragem, pressões políticas, públicas, físicas, individuais e colectivas que quiseram impedir à força as Eleições para a Constituinte. Eu quero aqui lembrar um homem nessa altura que teve uma enorme coragem, cumpriu o compromisso que tinha assumido com as forças democráticas em Portugal. Era então, o Presidente da República o General Costa Gomes, contra muita gente, contra grandes pressões, teve a coragem de convocar eleições para a Constituinte. Há pessoas que podem não saber isto, porque são mais novas, mas esta é a pura realidade da História. Constituiu-se a Assembleia Constituinte que a função era obviamente fazer a Lei fundamental, o Senhor Presidente já aqui documentou muito bem com se viveu até à aprovação da Constituição setenta e seis, e é preciso dizer que a Assembleia Constituinte funcionou com o poder na rua. Havia nas ruas uma revolução clássica de reivindicações de destruição sistemática de estruturas económicas, sem que houvesse uma alternativa séria para a sua substituição, a posição económica em Portugal estava desgraçadamente mal. As reservas de ouro do Banco de Portugal, estavam tão mal, tão mal, tão mal, que eu próprio pertenci ao primeiro Governo Constitucional, fui uma vez aos Estados Unidos e outra vez à Alemanha Federal, no tempo por incumbência do então Primeiro Ministro, para pedir a amigos ajuda por duas vezes, porque havia ruptura de divisas no Banco de Portugal. É neste ambiente de reivindicação, de revolução, de destruição permanente, que os constituintes foram obrigados, entre aspas, a fazer um texto constitucional que definisse a organização do poder político, do sistema político, a organização económica e a nova organização social. Esses meus queridos colegas da Constituinte, que se lembram também, houve dias terríveis na Assembleia Constituinte, porque não só as pessoas que trabalhavam com essa pressão que eu referi há pouco, e já não falo do sequestro, falo na rotina diária. A discussão Parlamentar criou abismos enormes, e as mesmas pessoas continuavam dentro e fora da Constituinte a procurar que a Assembleia fosse dissolvida. Este era um ambiente em que discutimos aqueles articulados todos. Mas essa consolidação da Democracia foi realmente real, havia também limitações de ordem institucional, por exemplo na parte económica constituiu-se o pacto chamado MFA/PARTIDOS, que limitavam obviamente a livre decisão de Deputados. Tudo isso em consequência do onze de Março de setenta e cinco, portanto com a Constituição do Concelho da Revolução, mas a firmeza para se constituir em Portugal primeiro uma Democracia formal com a divisão de poderes, electiva, sufrágio universal. Ai! Isso foi uma decisão que foi tomada, quer quisessem, quer não quisessem. Alguns sectores que aliás eram minoritários, mas não foi só isso que a Constituição consagrou, consagrou a Democracia Social como já foi dito hoje aqui várias vezes, que era uma grande novidade para os Portugueses, o tal Serviço Nacional de Saúde, o Ensino Público aberto a todo e qualquer cidadão, poder Autárquico, uma enorme conquista do vinte e cinco de Abril e da Constituinte e o poder Autónomico hoje Regiões dos Arquipélagos Portugueses da Madeira e dos Açores. Ainda não foi referido isto aqui, mas isso é muito importante. Tivemos limitações, claro que tivemos, que representavam exageros mas que não havia maneira de serem ultrapassados, as agressividades das nacionalizações era uma delas, a colectivização de todos os meios de produção e mais um cem número de coisas que naquela altura tinham de ser feitas, sobre pena de não termos uma Constituição e sobre pena de não termos uma Democracia Representativa. Vou lembrar alguns episódios para os meus amigos entrarem nos bastidores das coisas, por exemplo o tempo que se gastou na Constituinte para se saber, se se dizia República de Portugal, ou República Socialista de Portugal. O tempo que se gastou para impedir a aprovação, selvagem ou não, numa célebre posição que determinado partido, tinha de constituir três mais militares revolucionários com regimes mais feroz, eu fui interveniente nesse diploma, com um





regime mais feroz do que os célebres tribunais plenários, que existiam no regime anterior e que eram a vergonha deste País, a vergonha do Direito, a vergonha do Regime Jurídico, a vergonha política. O que se passava nas ameaças de algumas forças políticas, pelo menos aos Partidos aqui representados hoje faziam assim: Quando nós nos levantávamos para tomar a palavra como vocês se recordam e com difíceis relacionamentos com alguns militares de Abril, no momento em que outro grupo de militares de Abril, estou a falar do grupo dos nove, jurou segurar o Regime Democrata em Portugal, como isso foi difícil, isso foi complicado. A Assembleia da República, para alguns eram mesmo lacraus, isto tem que ser dito hoje, porque senão não conhecemos a História. Os Deputados Constituintes tiveram meses sem receberem um tostão de ordenado, nem sequer para a sua deslocação. Tudo foi usado para a Assembleia Constituinte ser dissolvida, mas não foi, e fizemos uma Constituição, e era óbvio que no decurso da História teria que ter três ou quatro revisões que corrigissem os seus aspectos de exageros e que permitissem ao País progredir apesar de tudo o que progrediu, não obstante hoje haver coisas que ainda estão muito mal, assimetrias muito grandes. O que foi dito do ponto de vista económico, social nos vários sectores de vivência de um cidadão português. A Constituição também permitiu a encheição da descolonização, que se foi mal feital, foi porque no terreno, pessoas do mesmo grupo que queriam a dissolução da Assembleia Constituinte anteciparam-se às conversas políticas, diplomáticas aos acordos com os movimentos de libertação e por aí a diante. Eu não vou monopolizar, vou acabar, mas eu quero dizer a todos os que estão aqui, o meu enormíssimo orgulho de ter pertencido à Assembleia Constituinte, e devo dizer que das funções políticas que desempenhei neste País e foram algumas, é a recordação que eu me fica mais cara, no ideal da luta que vinha de trás e que era preciso fazer nessa altura. Muito obrigado". -----

-----O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao Senhor Coronel Carlos Coelho de Sousa. -----

-----**SENHOR CORONEL CARLOS ALBERTO COELHO DE SOUSA** – Usa da palavra para fazer a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, muito obrigado pelo convite que me fez, não estava como a Dona Inês de Castro, posta em sossego, mas estava sossegadamente a viver em Cascais, quando recebo o convite para efectivamente estar presente nesta Sessão. Agradeço, também a presença de todos os que compõem a Assembleia Municipal, e os convidados presentes, por estarem também a assistir. Iniciarei a minha curta intervenção de dez minutos, quando estiver na hora, Senhor Presidente, faça favor avise-me. Como o discurso de encerramento da Assembleia Constituinte, pelo Professor Henrique de Barros, que era o Presidente da Assembleia Constituinte e eu fui Secretário da Mesa durante toda esta Assembleia. Diz ele, aqui, terminámos a nossa tarefa, cumprimos a missão que o povo português nos quis confiar, através de eleições que foram amplamente participadas, claramente livres e inegavelmente genuínas. Haverá porventura quem pergunte se o fizemos sem dificuldades, sem problemas, sem hesitações, sem incómodos e até angústia, linearmente e exemplarmente. Nós, Deputados bem sabemos, melhor até que ninguém, que só se poderá honestamente responder pela negativa e mais formal, já que as dificuldades nunca escassearam. Os problemas surgiram de todos os lados, esperados uns, outros inesperados, as hesitações foram numerosas, os incómodos quotidianos, a angústia frequente no caminho percorrido, muitos foram os traços sinuosos, os exemplos que demos nem sempre denunciam os mais edificandos. Se é porém, como é nosso direito, os que vamos lembrar dos vaticínios que de toda a parte apareciam, e que há sempre. A Assembleia Constituinte não chegaria a seu termo natural, que se desagregaria prematuramente, e seria dissolvida pela força que agonizava, que era já um corpo moribundo. Se nos quisermos lembrar por uns momentos, e sem a acrimónia de tudo isso e muito mais, que o publicamente se inscreveu. Nisso fez o nosso respeito, verificaremos sem demora pela simples invocação da eminência dos factos, até que ponto a verdade se



afastou, são meias previsões, nesses funestos presságios até que ponto soubemos dar provas todos nós, da vitalidade, resistência, autodomínio, serenidade e perseverança, até que ponto nos recusamos a desertar. Este pequeno intróito do discurso de encerramento do Professor Henrique de Barros, eu direi que continuarei a dizer o seguinte: Foi muito difícil, os Deputados conforme referiu aqui, o meu amigo João Lima, estiveram quatro meses sem receber o vencimento que estava previsto serem dez mil escudos mensais. Houve muitas dificuldades em nos concentrarmos em Lisboa e permanecermos para elaborar o Texto Constitucional, sofremos duas vezes que me recorde tentativas de assalto ao orador e dentro do plenário, por parte do Partido Comunista. Duas intervenções, uma delas do Deputado Lopes Cardoso, e outra do Doutor António Arnaut, que efectivamente originaram tumultos na Assembleia e levantamento total do Partido Comunista, tentando assaltar a tribuna e saindo pela porta fora, sofreu o sequestro dos operários da construção civil, a um cerco de vinte e quatro horas no Parlamento, em que muitos dos que lá estavam dentro tiveram que ser retirados em maca, porque não se comia durante vinte e quatro horas. Houve negociações infundáveis da Mesa da Assembleia Constituinte, com o Almirante Pinho de Azevedo, para tentar solucionar a questão relativamente a um acordo com Otelo Saraiva de Carvalho, para que as suas forças viessem desanuviar a Assembleia e libertá-la. Foi um período em que se pensou, ou por outra, que o Doutor Álvaro Cunhal pensou, que poderia seguir o caminho que seguiu a Revolução Russa em mil novecentos e dezassete, isto é, cercar a Assembleia Constituinte Russa onde estava em Governo de Krensky, obrigá-lo a pedir demissão e a Assembleia Constituinte ser dissolvida e o poder dos vossos filhos chegar ao cimo. Era isto exactamente o que o Doutor Álvaro Cunhal queria para a nossa Assembleia Constituinte, não conseguiu felizmente, pela resistência conforme já vos disse, daquilo que se passou. É um contencioso, que eu tenho com o Partido Comunista e há-de acabar comigo quando eu morrer, há-de acabar comigo, eu não aceito isto. Das dificuldades que efectivamente os Constituintes tiveram, inclusive, os insultos, os impropérios, os gritos, os apupos, não anda muito longe, ou na altura operário metalúrgico da Lisnave após Secretário Geral do Partido Socialista, poucos anos, fresador de hélices de navios, era a profissão dele, eu não me esqueço disso. Da evolução da Constituinte, que praticamente já foi delineada pelo Deputado João Lima, há um pormenor que se desenrola hoje em dia na nossa sociedade e com isto vou terminar, depois fico sujeito às vossas perguntas. O MFA na altura tinha três “D”, descolonizar o que foi feito, democratizar e desenvolver o que se iniciou de facto, eram os três elementos que o MFA propôs ao Conselho de Revolução e este propôs aos Partidos. É evidente que estes três “D”, um concretizou-se, o outro está concretizado com o poder mais desenvolvido, é evidente, e o desenvolvimento continua e há-de continuar sempre, desde que haja gerações para o edificar. Não sei até que ponto a Constituição, o grupo que constituiu o Grupo Político, que constituiu a Assembleia Constituinte, que deu depois os Partidos que ainda existem, mais “Verdes”, mais Bloco de Esquerda, mas naquele período revolucionário a tendência geral política era toda de virar à esquerda, e portanto o leque partidário era toda à esquerda. Não houve possibilidade, de constituir nenhum partido de direita, foi o Centro Democrático Social, que era do Centro definido como centrista e portanto à direita não havia nenhum Partido Político. Todos os Partidos se deslocaram para a esquerda e isso deu como resultado, aquilo que está a acontecer hoje, não temos nenhum Partido de direita. Eu já não sou militante do PPD, eu sou de outro Partido, não sou, portanto, sou independente posso falar à vontade, mas é necessário haver um Partido de Direita em Portugal forte e para haver um Partido de Direita em Portugal, agora a minha opinião discutível, podemos discutir. Acho que deve ser criado um Partido de Direita em Portugal, para o sistema ficar equilibrado, não creio que se continue a chamar Partido Social Democrata a um Partido que não é Social Democrata, é um Partido Liberal, foi fundado por um Liberal, Francisco Sá Carneiro e tem neoliberais. Portanto, também com o Doutor



Santana Lopes e o Doutor Alberto João Jardim, são nitidamente liberais, a Doutora Manuela Ferreira Leite neoliberal, como também foi o actual Presidente da República. O Partido Social-Democrata, tem poucos sociais-democratas, entre eles talvez venha a considerar Patinha Antão, de resto não tem. Portanto, um Partido que está mal canalizado em três grandes sectores políticos, tem que se definir de uma vez para sempre, e o Partido Socialista tem que se encaixar também entre um Centro esquerda e meia esquerda, tem de aglutinar fatalmente o Bloco de Esquerda, ou um ou outro. A estrutura política que eu penso para o futuro do País, tem que ser centrada numa alternância efectiva, entre só dois grandes políticos, o da direita e o da esquerda, mas o da direita não existe, tem uma oportunidade agora de o Partido Social-Democrata o definir. Houve uma oportunidade fantástica para o definir agora, ou tinha que ser uma coisa ou tinha que ser a outra, porque eu pergunto aos elementos do Partido Social-Democrata. Já leram alguma vez a “Rosas do Luxemburgo”, têm de começar a ler, se querem ser sociais-democratas. Porque como sabem a Revolução Russa, foi assinada numa reunião na Suíça, em que o Partido Social-Democrata Russo estava num dilema ou entrava na revolução ou fazia a revolução de mil novecentos e dezassete ou fazia reformas, e foi à votação estas duas teorias no Congresso da Suíça, ganhou a maioria para a Revolução, donde se chamaram os bolcheviques e os sociais-democratas que queriam reformas, ficaram em minoria e a partir daí os sociais-democratas, começaram a desenvolver as suas teoria e o seu pensamento. A tal ponto, que por exemplo, eu não aceito, eu não aceito, é a minha opinião, cada um tem a sua, temos por enquanto o direito à liberdade de expressão. Eu não aceito a mudança, como fui fundador do Partido Popular Democrático, cá em Viseu, eu não aceito que tenham mudado as setas, estas são um símbolo tal e qual como um cravo, que é um símbolo e nós estamos aqui por causa do cravo e as setas são o símbolo do Partido Popular Democrático, são símbolos da Social Democracia, para quem não sabe, vou dizer, tinha três setas, a preta, a vermelha e a branca. A preta era a luta contra o Nazismo, a vermelha era a luta contra os Comunistas e a branca era pela Paz. Eu não aceito a mudança desta setas para uma seta amarela. Para terminar gostaria de dizer-vos uma consideração do momento actual, acho que Portugal se está a transformar, eu depois explicarei porquê, num País de pedintes, de protestantes e num País de providentes cautelares. Isto é, os pedintes, estão sempre a pedir coisas a quem? Ao Estado, qualquer coisa que aconteça neste País, pede-se a quem? Ao Estado, seja deste Governo ou de outro. Ninguém é capaz de conceder por si próprio, não somos capazes de conceder para Portugal, isto é, é Portugal que tem de auxiliar o cidadão. Kennedy, em mil novecentos e sessenta disse: “Os americanos não peçam nada à América, tem de o fazer pela América”, a iniciativa tem que ser agrupada pelos cidadãos portugueses, temos de ser nós a tomar a iniciativa das coisas, não podemos estar sempre a pedir, é subsídios, é apoios, é verbas a fundo perdido, etc... Protestantes, porque hoje em dia só se protesta, passam a vida a protestar, em trabalhar, isso é que não! É melhor protestar, portanto manifestações a torto e a direito, agora trabalharemos, contribuiremos para o desenvolvimento económico do País, pouco, mas protestar é com eles. Agora, não sei quem é que financia os protestos. Providências cautelares na justiça, não há nenhuma acção em que o Senhor advogado, não meta logo uma providência cautelar contra o Estado, é uma coisa fantástica, é providências cautelares a torto e a direito, a justiça atrasa-se, não se cumpre, caduca ao fim de tantos anos é a situação actual. Com isto termino, é o que honestamente acabei de dizer na minha opinião.” -----

-----O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao Senhor Flórido Adolfo da Silva Marques. -----

- SENHOR FLÓRIDO ADOLFO DA SILVA MARQUES – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “O João Lima e o Coelho de Sousa, já deram uma imagem do que foi um pouco o “Vinte e Cinco de Abril”, o pós, e um bocadinho antes deste. Eu vou deitar



mais umas achas para a fogueira, que não é fogueira nenhuma, mas é mais uns livros para a biblioteca e mais umas páginas para o jornal. Nestas intervenções que fizeram os dois rapazinhos novos, aqui há bocadito, eu achei muito bom, assumiram o facto de serem muito novatos na altura do “Vinte e Cinco de Abril”, e efectivamente a vida não para. Eu tinha trinta e dois anos quando se deu o “Vinte e Cinco de Abril”, tinha uma formação política determinada, penso que jeitosa, tenha a minha impressão muito concreta. Hoje, porque há uma luta muito grande para se atingir determinado objectivo, nomeadamente o objectivo do trabalho, é uma coisa que preocupa todos, os desempregados, os empregadores, e esquece-se de estudar história, estudar para trás tudo o que se passou. Também os velhotes, como é o caso, vamos morrendo, ou vamos transmitindo, e outros que sabem muito mais, porque foram verdadeiros catedráticos na luta contra o regime que caiu antes do “Vinte e Cinco de Abril”. Que transmitiu os ensinamentos e isso impressionou-me. Relativamente à intervenção daquele rapazinho do PPD/PSD, do rapazinho do PS e o outro rapazinho do CDS, também foi interessante. Eu tinha trinta e dois anos, em mil, novecentos e setenta e quatro, trinta e três quando fui Constituinte. O “Vinte e Cinco de Abril” foi uma alegria, foi uma coisa espantosa, foi um sonho, tudo o que é alegre não tem história, não se pode contar, a gente ama. Os homens amam uma mulher, não sabem porquê, as mulheres amam os homens, não sabem porquê, amam e são bestialmente felizes, durante muito tempo, são felizes, até ao fim da vida normalmente. Portanto o “Vinte e Cinco de Abril” deu-se e nós amamos. Lutava-se, embora houvesse o “Cinco de Outubro” e os Republicanos, que iam sempre jantar nesse dia, mas também já apareciam uns homens novos, que integravam movimentos de unidade democrática, e outros movimentos, o movimento democrático português, que mantinham sempre uma base de ensinamento, uma escola de pessoas, que depois vieram efectivamente a tomar o seu lugar no pós “Vinte e Cinco de Abril”. Eu estava muito contente e durante um ano, este País ficou contente, penso que se delapidou muito dinheiro, nos três “D” que o Coelho de Sousa assinalou há bocadito, todos eles foram feitos. A descolonização, talvez não tivesse sido pensada tão profundamente, e para tão rapidamente, mas as condições mundiais, internacionais, assim o levaram. A democratização foi feita na hora, em que se detectou que o movimento não era um movimento de direita, e que era um movimento libertário, é evidente que estava feita a democratização e depois o desenvolvimento que também já foi dito, aqui pelo Senhor. Há muitas auto-estradas em Lisboa, mas há coisas no nosso Concelho, muitas estadias que não estão feitas, parece-me que lá vai a pouco e pouco e não é preciso uma auto-estrada, os buracos desaparecem e as estradas estão muito boas. Eu há muito tempo que não vinha aqui, a Silgueiros, mas foi uma satisfação verificar que de Viseu até aqui, a estrada está muito boa, não há buracos, há semáforos, para controlar, orientar, portanto isto também é desenvolvimento. Também é desenvolvimento o facto de os miúdos do Piaget, tenham podido prestar para aquela exposição, é evidente que aqueles miúdos são filhos de gente que no “Vinte e Cinco de Abril” era muito pequenita, não pensava sequer em ter filhos, nem sequer ter namoradas. Portanto eu gostaria que o “Vinte e Cinco de Abril”, terminaria assim uma redacção de um pequenito da segunda ou terceira classe: E eu gostaria do “Vinte e Cinco de Abril”, pois eu gostei muito, gostei muito de ser Constituinte e foi uma honra, para o João Lima, para o Coelho de Sousa e para o Victor Boga, e para os que já cá não estão, e para outros que estão noutro lado. Mas foi muito difícil, não foram só os salários, que estavam em causa que não se pagavam, efectivamente eram uns salários miseráveis, que não dava para aguentar qualquer Deputado em Lisboa, por mais contido que ele fosse, mas também a permanente pressão exercida sobre os Grupos Democráticos, que se formavam e que estavam, que existiam e estavam representados no Parlamento, na Assembleia Constituinte. Estavam sujeitos à pressão que veio das ruas, formaram-se verdadeiros comités revolucionários, que condicionavam tudo, inclusivamente o próprio poder militar que estava carregado de



soviéticos. Os Governos estavam carregados de mini-soviéticos, e nas fábricas, nos empregos um sovietezinho, é um núcleo de destabilização de uma sociedade que se pretendia democrática. Pelo menos o Programa do MFA, então foi feita a eleição, os Partidos chegaram ao Parlamento, é evidente que houve o “Onze de Março”, que foi uma tentativa já, não só, e nacionalizações sucessivas, foi mesmo uma tentativa de evitar que se realizassem as eleições para a Constituinte que vieram a ser adiadas por seis dias, sete, oito ou dez, em vez de começar o processo dezanove, começou a vinte e cinco e foi feito a dezanove de Março, de mil, novecentos e setenta e cinco. O Parlamento foi constituído, as lutas foram imensas, as cenas eram tremendas, os insultos terríveis e a tentativa limite de fazer o assalto ao Parlamento, como na União da República Socialista Soviética, que tomaram o poder através daquele golpe na “Duma” que aqui não resultou. Não resultou porque, os Constituintes, tiveram coragem, aguentaram-se bem. Eu devo dizer-vos, que nessa noite, estava doente, tinha tirado um dente em Viseu há quinze dias, e nesse dia do cerco à Constituinte, eu estava a regressar a Lisboa e levava comigo o tal rapaz José Castelo e ficamos a dormir na casa da filha do Doutor Raul Rego, que era muito próximo do Parlamento. Às tantas da noite, chegou lá, um indivíduo jornalista do Jornal Novo, pertencia à AOC (Aliança Operária Camponesa), temos que ver que naquela altura existiam grupos esquerdistas, por todo o lado. Eu lamento, ter que usar a palavra esquerdistas, mas infelizmente, depois por contraponto davam a volta e iam para a direita, apoiavam a direita, de resto da AOC, apoiavam sempre a direita mais radical. O teu pai está preso, dizia eu para a filha, fui ver o que se lá passava naquele filme todo, então meti os operários de construção civil, muito bem abancados, cá fora junto ao Parlamento, nos relvados, mas tudo numa tranquilidade muito grande, quem estava a movimentar as operações perdiam o controle, e só a partir das onze da noite, começa o controle muito mais bem preparado e então o resultado foi que, de manhã quando as pessoas saíram. Saíram debaixo de insultos miseráveis, e numa carreirinha em que podiam ser facilmente agredidos, a defesa de integridade dos indivíduos não estava garantida, por as forças que estavam ali presentes, e também era um bocado difícil, a agressão física, as agressões, era constante a presença dessas imagens. Eu lembro-me muito bem, ter ido ver a chegada dos operários da LISNAVE, que entretanto vieram dar um reforço aos operários da construção civil, a subir a Avenida Dom Carlos, que vem lá debaixo do Cais do Sodré, cá para cima, para o Parlamento, e efectivamente, eles de braços dados faziam uma fila, enorme, pesada, batendo com as botas no lajeado da Avenida, era efectivamente impressionante e amedrontante. Felizmente, os Senhores Deputados estavam todos lá dentro, eu andava cá fora, fui ao Rato, onde estava o meu Partido, e está, mandaram-me sair, como de resto depois todos saíram, e todos saíram de Lisboa, o Parlamento e parte do Governo tiveram que se retirar para o Porto. Com todos estes movimentos, para cima e para baixo, para baixo e para cima, são os movimentos normais de uma revolução que estava em curso, chegou-se ao dia dois de Abril de mil novecentos e setenta e seis. Os representantes dos vários partidos, fizeram as suas intervenções e o representante do Partido Socialista, que era o Doutor Mário Soares, que tomou a palavra e a certa altura disse uma coisa muito pequenina, focou as próximas eleições legislativas, presidenciais e autárquicas, como pontes para a democratização do País, e disse que são essenciais para acabar o processo de democratização no nosso País. Terminou com esta pequena frase “A Democracia é difícil, mas vale a pena”, o Professor Henrique de Barros terminou também com uma frase muito pequenina, muito engraçada e muito bonita e disse “Que tenhamos sabido ser alguns de nós próprios, dotando a nossa Pátria com uma Constituição, que na sua essência saiba resistir ao tempo”, é evidente que, soube resistir ao tempo, e a prova é que nós hoje, a Constituição que nos rege da Lei geral, os princípios que estão também. Foram alteradas coisas como esta, o artigo dois da Constituição de mil, novecentos e setenta e seis, dizia que Portugal é uma República



Democrática, baseada na democracia popular e asseguraria a transição para o Socialismo, mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras, isto é bonito, eu ainda professo um pedaço disto, mas é irreal, nós estamos na Europa, neste cantinho, tínhamos perdido as colónias, não temos mais riqueza a não ser a tal emigração ter fugido, e ainda por cima os homens da África, que estavam mal expostos. É muito difícil, e portanto em mil, novecentos e noventa e dois, com a primeira revisão Constitucional, este artigo número dois, já transforma o Estado democrático, baseado na democracia popular, num Estado de Direito democrático e visará a realização da democracia económica, social, cultural e a apropriação da democracia representativa. A Assembleia Constituinte é difícil, é a honra, como disse o João Lima é uma honra, como disse o Coelho de Sousa e como o dirá certamente o Victor. Mas para mim o mais importante é aquilo que eu referi inicialmente é preciso contar aos pequenitos que nasceram já depois do “Vinte e Cinco de Abril”, o que era antes, o que foi, e porquê? E porque é que nós estamos assim. Não podemos desesperar, que há falta de trabalho, porque nem tudo vai tão depressa, as pontes não se fazem tão depressa como queremos. Já passaram os dez minutos, eu vou terminar. Queria dizer-vos uma coisa, para terminar mesmo, o Doutor Almeida Henriques, já me deu o toque. Como disse o Coelho de Sousa, é preciso um Partido de direita, eu penso que não é preciso um Partido de direita, porque ele existe, as coisas, irão agora, com o final desta legislatura e o acerto dentro do próprio PSD, chegaram a bom termo tenho a certeza. É com satisfação que aqui estou, algumas caras também já são velhas, e é conveniente que também comecem a passar a palavra e que ensinem sempre com isenção, que é para não criarmos monstros saudosistas, como ficaram alguns no passado, e é tudo. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao Senhor Victor Manuel Freire Boga.  
 -----SENHOR VICTOR MANUEL FREIRE BOGA – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Membros da Assembleia, Senhoras e Senhores, quero dizer que, para mim pessoalmente, hoje, neste momento tem dois significados, um de recordar de facto o período, que justificou ter vivido e o segundo, voltar a encontrar-me num lugar onde fui muito feliz. Foi em termos de vivência política, a melhor experiência que eu tive, foi a minha participação na Assembleia Municipal de Viseu. Sem querer ser como a espada de Dom Afonso Henriques, chato e comprido, eu queria dizer muito rapidamente dois ou três considerandos. O primeiro é que, a Assembleia Constituinte, não é mais do que um marco numa sequência de datas que se verificam desde o “Vinte e Cinco de Abril” ou até, antes, ao “Vinte e Cinco de Abril” de mil novecentos e noventa e seis. Há uma sequência de factos, onde se encaixa a Constituinte e a Assembleia Constituinte, foi na maior parte das situações, a pedra no sapato do processo. Nós tivemos em Portugal, de facto, um regime comunista implantado, o Partido Comunista teve o poder político, o poder económico, teve o poder militar na mão. Se não tivesse havido Assembleia Constituinte, e aí reforço as palavras de reconhecimento do João Lima, em relação à figura do Marechal Costa Gomes, foi ele que defendeu de facto, a existência da Constituinte, se não tivesse havido Constituinte não tinha havido Vinte e Cinco de Novembro. Não havia condições políticas, para que qualquer facção moderada militar tivesse efeito, quer queiramos, quer não, o contra golpe. Agora a Constituinte, não é bem aquilo que os meus camaradas e amigos disseram, por uma razão muito simples, vamos ser humildes, se mesmo hoje numa Assembleia da República, as barbaridades que se escrevem, que se dizem e que se publicam, são tremendas e dizem respeito a questões de “lana caprina” da vida comum dos cidadãos. Imaginem, o que foi indivíduos em média com o sétimo ano, digamos assim, caírem na discussão de um tema tão complexo, como é o Direito Constitucional. Foi para mim e digo com toda a sinceridade, acima de tudo uma escola de princípios, de valores, de amizades, mas pouco mais fiz, do que levantar-me e votar. Contribuí, talvez, de uma



forma decisiva para fazer chegar às mãos do Professor Mota Pinto, um documento em que no meio da discussão, como se chamaria, o Órgão Parlamentar da República, eu como “Ovo de Colombo” disse simplesmente Assembleia da República, e a proposta foi para a Mesa, assinada pelo Professor Mota Pinto, por mim, por mais um ou dois, a dar ao nome Constitucional do Órgão Legislativo, Assembleia da República, porque havia muitos nomes disparatados que tinham de ser discutidos. Acho que nós tivemos e essa é a segunda vertente, que eu queria focar, nós tivemos nomes, que não podem ser nem devem ser esquecidos, ligados de facto à Constituição. A Constituição é um texto, mas foi feito por Homens, foi escrito por Homens e por Homens de grande valor, de grande estatura política e académica, alguns ainda estão vivos, felizmente, outros já não. Em primeiro lugar, sem dúvida nenhuma, Jorge Miranda, é o pai da Constituição, depois com ele, Mota Pinto, do outro lado Vital Moreira, Adelino Amaro da Costa. Numa zona de discussão mais complicada, que era a zona do Partido Socialista, há bocadinho falávamos, eu e o João Lima, sobre isso, há injustiças que a vida política pratica, que não têm perdão, refiro-me ao líder parlamentar do Partido Socialista da Constituinte José Luís Nunes, morto precocemente, e vítima de muitas ingratidões. Outros houve, por casualidade ou não, a nata do Parlamento, a nata da Assembleia Constituinte estava no PPD, Marcelo Rebelo de Sousa, José Augusto Seabra, Emídio Guerreiro, Miguel Veiga, tantos e tantos..., o Alfredo de Sousa, esse talvez um dos grandes injustiçados, também dentro do Partido. Caros amigos hoje estamos aqui para comemorar, para celebrar, para olhar para a frente. O “Vinte e Cinco de Abril” e a “Constituição” são pontos de partida, o Mundo hoje não tem nada a ver com o que foi em setenta e quatro, setenta e cinco, caiu o Muro de Berlim, estamos na Globalização e estamos na Europa. Os problemas hoje para mim, são muito mais complicados do que em setenta e quatro, setenta e cinco, mas muito mais, e eu não estou a ver idealismo, não são doutrinas, é idealismo que tem que acompanhar decisões, não estou a ver implantados na sociedade. Não é só portugueses em todo o lado, a peia de grandes nomes da política europeia passou completamente, hoje temos aprendizes. Vamos todos de facto manter a esperança viva, e esperar que não tenhamos de participar noutra Constituinte. Muito obrigado.” -----

-----O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Muito obrigado, nós concluímos as quatro intervenções iniciais, perguntava se alguém da plateia quer colocar alguma questão. Primeiro o Engenheiro Esteves Correia, depois o Doutor Hélder do Amaral e o Doutor Mendes da Silva. Eu sugeria, que todas as questões que forem colocadas, o façam de uma forma sucinta, para ainda termos tempo, por volta da uma, uma e pouco irmos almoçar. Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. ----- (Em virtude de não ser completamente audível a gravação, a seguir se transcreve o que conseguimos apurar das questões colocadas pelos Senhores Deputados). -----

-----SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA – Pede a palavra para colocar a seguinte questão. “Fico satisfeito por ouvir aqui quatro amigos da Assembleia Constituinte, para dar o seu testemunho e fiquei satisfeito também, porque todos eles estão, por aquilo que os conheço há alguns anos de boa saúde. Mas eu não queria deixar de me referir ao meu grande amigo que está nessa Mesa, que se chama Carlos Espírito Santo. Oh, protestante Carlos Espírito Santo eu não posso deixar de te pedir uma coisa, quando tu consegues pôr títulos nesses indivíduos, em nomes de pessoas, chegando ao ponto de os mesmos adesivos que foram postos a uns até ao Francisco Sá Carneiro foi posto. Pela amizade que temos, qual é o adesivo que pões a ti próprio?”. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao Senhor Deputado Hélder do Amaral. -----

-----SENHOR DEPUTADO JOSÉ HELDER DO AMARAL – Pede a palavra para colocar a seguinte questão. “Querida começar em nome pessoal e da Bancada do CDS/PP, convidar os Deputados da Constituinte, a dizer-nos com o devido respeito, é pena não



estar um representante do CDS, não sei se seria possível ou não. Ainda bem que vieram para prestar este testemunho. Dizer-vos que também é uma honra ser hoje Deputado da Assembleia da Republica, estava curiosíssimo para saber quantos nomes tinham postos à Casa da Democracia Portuguesa, não há nenhuma referência a fazer ao que já foi dito, mas fazer apenas duas reflexões, uma, que eu deixei de fazer discursos nestas comemorações, porque me senti um pouco como na Constituinte, fiz um discurso marcadamente de direita, há seis anos, não foi há trinta anos e fui chamado de fascista até por alguns oradores da sala. Vamos em sete revisões constitucionais, muito ao estilo português..., passado estes anos todos, o que é que mudavam na Constituição? Gostava de ouvir a vossa opinião. Afinal já ouvi alguns que disseram exageros mas compreendo que nas condições em que o trabalho foi efectuado... O que é que nós poderíamos ter deixado ir na Constituição para que ela seja... O documento tem que ser com força, com balizas mas também demonstrador do nosso desenvolvimento. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao Senhor Deputado Mendes da Silva. -

-----SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA Pede a palavra para colocar a seguinte questão: “Quando o “Vinte e Cinco de Abril” se deu tinha a belíssima idade de menos de seis anos... Agora fiquei contente, por todos os intervenientes terem apontado de facto o papel nefasto do Partido Comunista, e com isso deixar bem claro uma coisa, que para mim é também claro há muito tempo, que o papel do Partido Comunista na tentativa de implantação de uma ditadura soviética em Portugal... Gostava de saber mais sobre a face humana da Constituinte, quais foram as relações humanas mais profícuas, quais foram os Deputados que os apoiaram, mais surpreenderam e que tiveram mais capacidade de trabalho, quer em termos de capacidade intelectual? -----

-----O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “Não tenho mais ninguém a pedir a palavra, portanto eu vou dar a palavra, talvez pela a ordem inversa, a todos os nossos convidados para um comentário final, dois, três minutos.” Dá a palavra ao Senhor Victor Boga. -----

----- SENHOR VICTOR MANUEL FREIRE BOGA – Pede a palavra para responder às seguintes questões que lhe foram colocadas: “Oh Zé, não vou responder-te como é lógico, não me perguntaste nada, não respondo. Ora bem, os comentários que merecem as perguntas, são muitos simples, aliás eu acho que tentei transmitir na minha primeira intervenção. Sou uma pessoa que estive na política, muito mais com o coração, do que com a cabeça, e na minha vida também é assim, portanto deixo extravasar com muita facilidade as emoções e os sentimentos. Nada me é mais caro, do que recordar o bom, e simplesmente esquecer o mau, se é que houve. Nada melhor, que de facto recordar essas figuras que há bocado abordei, mas há pormenores, há factos, por exemplo que decorrem, o lirismo, o idealismo, a utopia do Emídio Guerreiro, que num dia que entro em São Bento, com um amigo meu Urbilio Zé, apresento-lhe o Professor Emídio Guerreiro e passado dois minutos este estava a dizer a esse meu amigo, que havia fragatas com bombas com armas ao lado de Viana do Castelo para entrar a qualquer momento, para fazer uma nova revolução em Portugal. Uma figura para mim também muito querida, o Doutor Artur Santos Silva, pai do Artur Santos Silva do BPI, um homem que foi operado à próstata no meio dos trabalhos, as reacções dele foram impagáveis, o espírito dele de ligar o sabor que estava a ter numa Constituinte de liberdade com os problemas de saúde que estava a ter, fazia chalaça com isso tudo. O Vital Moreira foi uma figura, e é, um bocado seco nas relações, mas é extremamente correcto. Uma figura em que eu não falei há pouco, que também admirei imenso, Victor Sá Machado, foi uma das grandes figuras da Constituinte, e uma das grandes figuras da cena portuguesa. Como digo dentro do PSD, onde eu estava no PPD, foram todos. No PS, a esfinge de uma Sophia de Mello Breyner, a calma acutilante dum Raul Rêgo, porque era muita gente boa, eram grandes nomes. Eu





ainda há dias ouvi na televisão, num programa qualquer, salvo erro, prós e contras, se nós formos comparar o nível académico, cultural, social, de quem esteve na Constituinte dos Líderes estamos a falar em liderança, não estamos a falar no Victor, e se formos hoje ver as sucessivas Assembleias da República, onde é que eles estão? E se eles não estão lá, como é que querem que haja motivação para as pessoas votarem, aderirem a opções. Continuamos a fazer votações, na opção do menos bom e não do melhor. Em relação à Constituição a minha opinião é muito simples, como disse o tempo mudou, pragmatismo hoje impera, salvando o que for possível salvar da raiz da Constituição em vigor. Eu acho que devia ser feita uma revisão que a tornasse o mínimo de regulamentar. Criar um novo texto, aproveitando-lhe o actual, aquilo que desse à Constituição o sentido de eficácia, porque para a regulamentação, estão as Leis, esta é a minha opinião.” -----

-----O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao Senhor Flório Adolfo da Silva Marques. -----

-----SENHOR FLÓRIDO ADOLFO DA SILVA MARQUES – Pede a palavra para responder às seguintes questões que lhe foram colocadas: “Ao Senhor Engenheiro Esteves Correia eu não posso responder, penso que a resposta será dada pelo Coronel Coelho de Sousa. No geral às outras perguntas, apontando já o papel nefasto do PCP, que foi abordado pelo Senhor Deputado Mendes da Silva, eu queria dizer-lhes o seguinte, a minha humilde opinião é que não foi o PCP, era perigoso, como sempre foi um Partido muito activo, que sabe o que quer, tem os seus momentos muito maus, tem os seus momentos nefastos. Ai de nós, se o Partido Comunista passasse de novo à clandestinidade, isso mesmo foi evitado, foi deixado muito claro. Quando surgiu o rascunho do pacto MFA/Partidos e através das conversações e do Doutor Mário Soares e o Melo Antunes, não seria ilegalizado, não é propriamente uma coisa que me agrada, essa de estar a ver se é mau se é bom, porque não há aqui nenhum representante do Partido Socialista, nem eu quero estar a defender, isto ou aquilo, simplesmente acho que não é tão nefasto assim, convém sempre que haja uma pessoa que nos acorde, se não adormece tudo o que fica ali, assim pode adormecer. Os loucos, mas eu não quero aplicar esta expressão, os activistas do PCP dizem, acorda que se calhar não é assim, dizem com esta calma, não dizem de outra maneira, enfim. A Constituição não está carregada da carga, que tinha em mil novecentos e setenta e seis, tem linhas constantes, mas a Constituição é uma árvore que se vai regenerando, que se vai transformando, há ramos que vão morrendo, outros vão nascendo e portanto a pouco e pouco, a Constituição irá, aquilo que o Victor Boga dizia, reduziu um pouco, está bem as árvores também vão por ali fora, a certa altura começam a ter menos ramos, mas nunca morrem e se tiverem a morrer morrem de pé, mas entretanto já deixaram um filho que está a crescer ao lado. Aquele grupo de duzentos e quarenta e sete Deputados em mil, novecentos e setenta e seis há nomes que estão profundamente marcados, eu começo exactamente por uma coisa que os Senhores poderão dizer, que não tem nada a ver com política, mas começo por a Sophia de Mello Bryner, a pessoa que mais me impressionou, com quem eu me relacionei extraordinariamente bem, desde que lá cheguei. Frequentei muito a casa dela e do marido, e tenho deste rapaz que está agora na televisão que vai escrevendo e já vai fazendo as suas crónicas, era o que tinha a permissão de acender a lareira, porque era frio e era preciso acendê-la, o Professor Miller Guerra, que era um homem notável, um católico progressista, brilhante, um homem de muito peso, intelectual e moral. O Aquilino Ribeiro Machado filho do Aquilino Ribeiro, que depois foi Presidente da Câmara de Lisboa, tinha as características todas do pai, com a vantagem de ter também as costelas do lado da mãe. O velho António Macedo, que usava o aparelho no ouvido, ouvia mal que se fartava, coitado do homem, de vez em quando ligava-o, outras vezes desligava-o. Desligava-o no momento em que estava chateado, não estava para ouvir ninguém, mas era um homem notável, com uma visão ampla da história como poucos. António Reis que ainda hoje, para quem vê televisão, pode ver a cara dele que é um



homem que está a dirigir uma loja maçónica, é preciso não termos medo de dizer, que a Maçonaria está livre em Portugal como estão livres outras confissões e outras orientações que existiam antes do “Vinte e Cinco de Abril”, não estavam de porta aberta, felizmente. Há vários nomes que eu achava uma delícia, de uma palavra simples, eles faziam um discurso brilhantíssimo. Jaime Gama, hoje, é um peso pesado, basta a presença dele no alto daquela cadeirão lá em cima, na altura era um homem mais novo, mas era pesado, calmo, tranquilo mas fazia discursos carregados de sumo, não estava ali uma palavra que não estivesse de estar lá. É evidente que nos outros Partidos, há um homem que me impressionou francamente e espantosamente, o Doutor Adelino Amaro da Costa, isto à direita, era um homem notável, brilhantíssimo, uma coisa espantosa, tão brilhante como Vital Moreira do outro lado, estavam sempre em cima do acontecimento, não havia uma palavra que não levantassem logo o dedo e fizessem uma intervenção, como José Luís Nunes. Emídio Guerreiro era um homem sonhador, até ao fim da vida, entrou em todas as revoluções que se fizeram, desde a queda da República, em mil, novecentos e vinte e seis e continuava a ser, é um sonho aquele homem, eu gostava muito dele, e ele fazia o favor de gostar um bocadinho de mim, como de resto com a Sophia de Mello Breyner e como Aquilo Ribeiro Machado. Acho que é tudo. “-----

-----O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao Senhor Coronel Coelho de Sousa. ---

-----**SENHOR CORONEL CARLOS ALBERTO COELHO DE SOUSA** – Pede a palavra para responder às seguintes questões: “Esteves Correia, eu gostei desse apelido de “adesivo”, não foi palavra que eu tivesse aplicado, mas gostei dela. Portanto, queres uma definição minha, então eu vou dar-ta, é sobre o “adesivo”. Sou um protestante reformado, não militante, nem profissional. Respondendo agora ao Doutor Hélder do Amaral e Mendes da Silva, sobre propostas ou projectos que tínhamos, ou temos que fazer em toda a Constituição. É curto o que eu vou dizer, são cinco pontinhos. A declaração de voto que apresentamos na Assembleia Constituinte, a razão de voto do Professor Marcelo Rebelo de Sousa e de mim próprio, declaração em conjunto que diz que votamos a favor do texto da Constituição em globo, com a convicção de que com todos os seus erros ou defeitos corresponde a um marco histórico fundamental na institucionalização da democracia e no avanço reformista para o socialismo humanista no nosso País. Algumas das partes fundamentais da Constituição, representam um pecúlio essencial para a salvaguarda da democracia política em Portugal, assim a regulamentação dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, assim várias das disposições dos princípios fundamentais do texto constitucional, assim a maioria dos preceitos referentes à organização do poder político do Estado, conforme o Diário da Assembleia, revela nessas matérias foi por vezes decidido inclusivamente relevante o conteúdo dos Deputados do PPD. Também, parte substancial do articulado referentes aos direitos e deveres económicos, sociais e culturais e à organização económica do Estado, que contém princípios que quadram os objectivos de uma opção social-democrata em Portugal, opção que passa necessariamente pela defesa legítima dos direitos dos trabalhadores. Dos pontos negativos, realçaremos a não consagração expressa dos conceitos de Estado de Direito e da indivisibilidade da pessoa humana, do direito ao ensino livre e à aprovação de preceitos sobre a realização do poder político do Estado, que pode limitar o funcionamento efectivo do sistema do governo. Igualmente consideramos errado, não se ter aberto expressamente a hipótese do exercício de faculdade da revisão Constitucional pela primeira legislatura da Assembleia da República. Dentro das condições restritivas, que segurassem um amplo consenso Parlamentar e não pusessem em causa os grandes princípios da Constituição. Finalmente, em alguns pontos se desceu ao pormenor excessivo, em contraponto as disposições programáticas com um sabor utopista designadamente em matéria económica. No seu todo, em coerência com a opção social-democrática, esteve subjacente à nossa candidatura à Assembleia Constituinte pelo Partido Popular Democrático. Votamos favoravelmente o



texto da Constituição crentes de que o seu saldo é francamente positivo, e esperançados que todos os verdadeiros democratas tudo farão para que a democracia triunfe irreversivelmente em Portugal. A Constituição, agora votada, é apenas um primeiro passo da institucionalização da democracia, que os outros se não percam pela incúria grave dos democratas e dos partidos democráticos portugueses. Está respondido. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa, dá a palavra ao Senhor João Alfredo Félix Vieira Lima. -----

-----**SENHOR JOÃO ALFREDO FÉLIX VIEIRA LIMA:** Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, do seguinte modo: “Eu vou ser rápido, vou começar pelo fim. Emociono-me um bocado, quando se citam nomes de grandes Constituintes e já muito nome aqui foi dito, eu acrescentaria só mais duas coisas sobre isso. Houve dois Constituintes absolutamente notáveis, pela sua capacidade intelectual e a sua capacidade política, cada um no seu lugar: O Doutor Adelino Amaro da Costa que era um homem notável de inteligência e saber e o Professor Vital Moreira. Acrescentava outras figuras que se celebrizaram no Parlamento Constituinte, estou-me a lembrar aqui o Doutor Salgado Zanha, Doutor Magalhães Mota, do Professor Jorge Miranda, Doutor Almeida Santos. Gostaria de juntar estes nomes, aqueles que já foram citados aqui com grande justiça. Agora quanto ao resto, responder em conjunto aos Senhores Deputados Hélder Amaral e Mendes Silva. Penso eu que os males deste País na actualidade ou no futuro, não residem na Constituição, residem noutras coisas, não é a Constituição que vai inibir os Órgãos do Estado e os Portugueses de produzirem mais, ter um trabalho associativo e participativo, do ponto de vista cívico, mais intenso, que vai inibir o investimento, quer o privado quer o público e por aí adiante. Na História Constitucional Portuguesa, as Constituições tiveram sempre a tentação de ter muita matéria regulamentar, desde a Constituição de Mil Oitocentos e Vinte, por isso é que a Constituição é muito grande e tem realmente muitos artigos que são regulamentares, como o Victor há bocado disse. Que é exactamente o contrário, por exemplo do sistema Americano, a Constituição Americana tem meia dúzia de artigos, que são quatro, cinco ou seis princípios gerais genéricos e depois quando é necessário, o Congresso Americano faz as adendas: Adenda número um, adenda número dois, adenda número três... Portanto, a Constituição não é doutrinária, consagra os princípios da democracia formal e depois as adendas que o Congresso vai fazendo, não são aditamentos à Lei Constitucional, mas a fórmula de utilização do Texto Constitucional é que é diferente daqui. Também agora queria, directamente para o Senhor Deputado Mendes Silva, dizer o seguinte: Em setenta e quatro ou setenta e cinco, não haviam digamos já, na Europa, aquela força grande, as Frentes Populares dos Partidos Comunistas, já não haviam isso. Não havia, mas havia outra coisa, estávamos no auge da “Guerra-Fria” e do lado de lá, do Bloco Soviético, a União Soviética melhor dizendo, apostou claramente em duas frentes através de Portugal, uma foi na Frente Continental Portuguesa, tentando na realidade, não aconteceu felizmente, no meu ponto de vista, instaurar um Estado dito Comunista, Socialismo Integral, como eles diziam, mas ao mesmo tempo, procurou uma lança em África. Estou a falar bem, a instauração de um regime igual em África, que sempre foi relapsa por raízes culturais, raízes tribais, por cultura própria, é o chamado colonialismo integral e esse foi o jogo que fez em Angola. Portanto, não é por acaso que os Grandes Ideólogos Comunistas dessa altura da União Soviética, vieram cá, fizeram papeis, ensaios, intervenções muito importantes. Não é por acaso que os Cubanos foram para Angola e os Americanos do outro lado, tiveram uma táctica diferente, desde que os Soviéticos não mexessem nos poços de petróleo de Cabinda, aquilo que andasse, logo se fizesse. Mas houve uma corrente Americana, da diplomacia Americana, que defendeu a célebre frase do Henry Kissinger, dizendo que: *a implantação de um Estado Comunista em Portugal, era a vacina da Europa, porque era tão mau, tão mau, tão mau, que os restantes Países da Europa, da dimensão de*



*Portugal, ou pouco maiores, não iriam cair na tentação de instaurarem, nos seus próprios países, regimes iguais. Eram os portugueses de bata azul, era a frase. Ou então havia uma alternativa, que era a ocupação militar de Portugal através dos Marines ou das suas Força Armadas. Felizmente nessa altura, era Embaixador dos Estados Unidos em Portugal, um homem chamado Frank Carlluci, um homem com raiz latina, homem que eu conheci muito bem. Um homem que aprendeu que os latinos e , com histórias grandes, não era esse tratamento mais adequado. Até disse uma vez, que se os Marines cá viessem, os Comunistas e a Extrema-esquerda, aliadas ao CDS, para lutarem contra eles, chegou a este ponto. E disse essas coisas, nos Órgãos do Estado Americano, não o disse aqui, disse-o no Congresso, disse-o para o Presidente dos Estados Unidos e para o Secretário de Estado dos Estados Unidos e defendeu esta posição: Nada disso, pelo contrário, ajuda aos partidos que representam e que defendem a democracia representativa na totalidade para derrotar a outra parte, nos votos e nas Associações Sindicais e em tudo quanto era sítio e assim sucedeu, nas suas memórias. São dois grandes volumes que Kissinger escreveu e numa tese que ele apresentou na universidade aonde era professor, vem a confissão dele, dizer: Afinal o Carlluci tinha razão, está lá escrito, é só comprar e ler o livro. Mas para os meus amigos verem que as coisas em setenta e cinco não eram tão fáceis como isso, eu por razões de natureza política e partidária, tinha reuniões todas as quintas-feiras com o Embaixador Frank Carlluci, ia almoçar com ele, a Embaixada era na Lapa, junto ao seu campo de ténis. Ele era realmente um homem de grandes ligações políticas e que estava perfeitamente dentro do que se estava a passar, como é óbvio, um homem da CIA, toda a gente sabe disso. Veio cá para Portugal, porque ele foi um homem na América Latina, da CIA. Estava a comer, já nem sei o quê e ele põe-me ao lado um envelope, com franqueza eu fiquei pungido, porque pensei que ele me estava a dar dinheiro ou outra coisa qualquer, eu disse assim: Oh Senhor Embaixador, por amor de Deus, então... Ele ficou a olhar para mim: Não, não, faz favor de abrir. Não abro, então!... Então, abro eu! Abriu o envelope e tirou um papel, virou para mim a parte lisa e disse-me assim: Olhe que isto é perigoso, os Senhores estão metidos aí numa situação muito perigosa, perigosa fisicamente. Se lhe acontecer alguma coisa, ou se estiver muito atrapalhado, tem aqui isto. Sabem o que era? Era uma licença de residência e trabalho nos Estados Unidos, para mim, ainda hoje tenho esses papéis. Portanto, a situação não foi assim tão fácil, como isso. Felizmente calhou bem. Em Angola calhou pior, porque foram anos e anos e anos de guerra, depois de anos de guerra no tempo colonial. Pronto, acho que o Mundo está sempre a rodar, está sempre a mudar, a tal dialéctica das sociedades humanas, não morrem e portanto, eu julgo que hoje temos uma convivência importante no nosso País, mas atenção, quando a Extrema-esquerda, ou o Partido Comunista clássico dizem: Nós somos os democratas deste País. É mentira! Isto tem que ser dito, quer gostem de ouvir, quer não gostem. Isto é mentira! Só o são por conveniência, na primeira ocasião deixam de o ser. Muito obrigado, desculpem este entusiasmo.” -----*

-----O Senhor Presidente da Assembleia, agradece a todos os intervenientes, proferindo as seguintes palavras: “Antes de dar por encerrada a Sessão, queria reiterar o meu agradecimento aos nossos quatro convidados, reiterar o agradecimento a todos os que nos deram a honra e o gosto de estarem aqui connosco. Penso que foi uma Sessão muito rica pelas intervenções e também por estes depoimentos e gostava de deixar a cada um dos nossos convidados, uma pequena recordação, que é uma constituição de setenta e seis, dentro de uma peça em latão para recordar, digamos, da vossa passagem hoje por aqui. Muito obrigado e vamos ao almoço. Muito obrigado por terem vindo.” -----

-----O Senhor Presidente deu por encerrada a Mesa Redonda às treze horas e vinte minutos. -----